

Memorial da Violência

28

Alba Zaluar

CADERNOS

DO INSTITUTO

DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS
HUMANAS

Alba Zaluar

MEMORIAL DA VIOLÊNCIA

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP
novembro de 1994**

SUMÁRIO

Pesquisar, Verbo Transitivo	5
Significar, Trocar e Dialogar, Fazeres Abertos	13
As Duas Faces do Estado e a Antropologia	19
Crime e Violência, Males a Combater	31
O Judiciário e as Classes Populares	49
O Crime Organizado e a Política Local	53
Bibliografia	57

PESQUISAR, VERBO TRANSITIVO

Sempre haverá um mistério porque eu, sendo mulher, fui pesquisar um mundo caracterizadamente viril: o mundo violento do crime, no qual as mulheres têm papéis secundários. Não havendo *rapport* com os sujeitos pesquisados, tive que improvisar e inovar nos métodos de campo. Ao final, consegui material etnográfico único, com o qual escrevi algumas dezenas de trabalhos, organizados posteriormente em livro (Zaluar, 1994e).

Arrisquei, concomitantemente, a repensar a teoria social da etnografia, num texto que apresentei na reunião da SBPC, em julho de 1993, e que está em vias de ser publicado na revista da Sociedade Brasileira de Sociologia. Nele dizia que a etnografia entrou no cenário das teorias e métodos sociais como uma arriscada viagem para encobrir grandes distâncias geográficas, culturais, étnicas, raciais e lingüísticas e analisava as duas pesquisas de campo que fiz durante a década de 80 num mesmo bairro popular do Rio de Janeiro, bem afastado dos bairros abastados da classe média alta carioca. Resumidamente argumentei que:

O deslocar-se nos mapas físicos e simbólicos do mundo para deixar o "cá" de modo a "estar lá", o transferir-se do "agora" para pesquisar o "então" era o passo inicial e monopolizador de toda a atenção do antropólogo. Com a autoridade de quem esteve lá e ouviu e viu os nativos então, esta experiência de desbravadores culturais era narrada na volta no pressuposto de que a experiência caótica, emotiva, acidentada, particular seria finalmente posta sob o crivo da objetividade científica para tornar-se organizada e inteligível aqui e agora. Desde o início, portanto, a tensão entre o "estar lá" e o "ser daqui" ou "escrever daqui", entre o então e o agora marcou a aventura etnográfica. Deixar esta corda bamba condenou à perdição, à confusão ou à cegueira os que se limitaram a pensar sobre um dos registros da pesquisa apenas, deixando-se ou ficar na embarcação sólida das verdades científicas e suas bússolas objetivas, ou levar-se no

doce embalo das licenças poéticas e da crença de que, sendo tudo ficcional e subjetivo, o melhor seria fazer uma bela peça literária sobre os símbolos e significados alheios. Caso fosse um fazer unilateral, o "escrever daqui" sobre o "estar lá" ou era a *hard science* do rigor e objetividade ou a pura poesia da narrativa literária e da sensibilidade interpretativa. Mas reconstituir este debate interno à Antropologia seria, na verdade, reconstituir o debate de toda a teoria social nas últimas décadas de tal modo que o próprio ofício que define o antropólogo — fazer etnografia — não seria compreensível se não à luz de teorias que ultrapassam as teorias antropológicas sobre o parentesco e o mito.

Deste debate ainda em curso restou a certeza de que a aventura de conhecer outros mundos simbólicos é uma via de mão dupla. Não se pode deixar de singrar em vários mares ao mesmo tempo, como Malinowski (Geertz, 1988; Adam et alii, 1990) se referia ao trabalho etnográfico, ou a jogar em vários tabuleiros ao mesmo tempo, como os gregos nos tempos trágicos, segundo Vernant (1992). É preciso servir simultaneamente ao diabo da objetividade e da teoria científica e ao deus da arte e da sensibilidade interpretativa. Não é mais possível, tampouco, deixar de ver o etnógrafo (seja ele antropólogo, sociólogo ou politólogo) ou o pesquisador de campo como ator e autor e sem deixar de pensar sobre sua condição de ator e de autor ao mesmo tempo (Clifford, 1986; Marcus & Fischer, 1986). A dupla condição ou inserção no mundo se faz enquanto pesquisa no campo em interação com os outros sujeitos da pesquisa (os nativos, aqueles que ele deseja conhecer para deles falar), e enquanto escreve para o público seletivo de seus pares ou para o público mais amplo da imprensa. Nestes dois fazeres projeta-se a sua biografia, a qual neles vai também ganhar novos capítulos ou tomar rumos inesperados. Mas em cada passo, a verificação de que não se está sozinho nem se é idiossincrasia, não só porque o social inculcado encontra jeito de aparecer, mas também porque outros sujeitos, outras biografias vão atravessando o caminho e cruzando os fazeres de ator e autor.

Como antropóloga de campo que estudava os pobres urbanos fiz duas pesquisas de campo: uma, sobre as organizações dos trabalhadores pobres, outra, sobre as quadrilhas de bandidos num mesmo bairro popular no

Rio de Janeiro. Na primeira, realizada durante os três primeiros anos da década de 80, segui a praxe da etnografia e "estive lá", atravessando barreiras de classe, raça, idade, cultura e sexo. Na segunda, feita nos últimos anos da década, as barreiras eram tão mais fortes que os fatos não puderam ser relativizados na versão e me deparei com a mentira (Zaluar, 1993c). Voltei para cá e lá deixei assistentes de pesquisa que não estiveram lá porque eram de lá. Driblei a mentira, mas a passagem do cá para o lá ficou restrita ao ouvido que ouvia a gravação das entrevistas feitas por outrem ou ao olho que lia o texto delas. Eram vários sujeitos, várias biografias num só material etnográfico. Foi muito mais o registro das tensões, dos conflitos, das fragmentações que sempre tornaram a idéia de "cultura" uma espécie de ficção científica impossível de ser atingida nem no presente nem no futuro. Contentei-me, pois, em não cair na tentação do psicologismo individualizante, o que seria a negação da teoria social, mas em registrar a polifonia ou a heteroglossia das vozes ou dos discursos variados, divididos por idade, sexo, gênero, cor, etnia, grupo carnavalesco, time de futebol, emprego, etc., com que tive a oportunidade de encontrar no lá e no então da pesquisa (Zaluar, 1985).

Seria uma inverdade, entretanto, dizer que esta pesquisa limitou-se à busca dos significados. Ela foi além. Sua fala e suas ações foram como sinais para outras conexões e associações não explicitadas nela. O dito pelos entrevistados foram como elos de uma cadeia que teve que ser preenchida por outros dados, inclusive estatísticos, para que o sentido do dito finalmente ficasse claro. Após as primeiras entrevistas em que as barreiras forçaram não só um discurso endereçado a alguém de fora, de raça e classe superior, de outro sexo, isto é eu, mas também um discurso mentiroso pois nele a relação entre o falante e o ato da fala não era de sinceridade. Isto ficou muito claro na última entrevista que fiz com um rapaz que me narrou pormenorizadamente como ele não havia cometido nenhum dos crimes dos quais ele era acusado na vizinhança e na polícia, o que me fazia crer estar diante de um excelente material para denunciar a injustiça presente em nossas instituições. Como sempre nesta segunda pesquisa, estava acompanhada de assistentes de pesquisa, jovens estudantes universitários moradores do local e que conheciam alguns dos personagens

da marginalidade desde crianças. Quando saímos e eu afirmava que tínhamos conseguido uma entrevista muito interessante, um dos assistentes me disse: — "mas ele mentiu o tempo todo!" A partir daí, a hermenêutica da desconfiança em relação ao material já obtido foi de tal ordem que me vi simplesmente manietada no possível uso das afirmações substantivas nelas contidas e conclui que, dadas as condições da pesquisa sobre um grupo alvo de extrema e contínua repressão, associada a práticas ilegais que deveriam permanecer secretas para render-lhes os ganhos materiais e simbólicos, a comunicação entre a pesquisadora de fora e eles estava definitivamente prejudicada. Posteriormente descobri também que quase havia sido estuprada numa das visitas à casa de um jovem de quem achava ter ficado amiga na primeira fase da pesquisa.

O cânone antropológico da vinculação entre versão e verdade, já abalado pela polifonia encontrada na pesquisa anterior, ficou definitivamente desmoronado. A postura relativista ortodoxa não poderia mais ser mantida. O significado do que me foi dito estava justamente na mentira sistemática que sugeriam as barreiras intransponíveis entre eu e os que aguçavam a minha curiosidade de conhecê-los — os bandidos do bairro popular. Entretanto, este significado não foi dito ou explicitado na entrevista, mas sim no comentário de terceiros sobre ela. Assim, a relação dual entrevistador/entrevistado exibiu de forma dramática e reveladora a importância e a necessidade da mediação de terceiros. Não apenas as teorias sociais e os dados estatísticos de que me vali, que são também comentários reveladores sobre o dito, mas também a opinião de outras pessoas do mesmo lugar que tinham com os entrevistados um código de significados e regras de comunicação do qual eu era e deveria permanecer excluída. Em outras palavras, as entrevistas, descobri, não eram constituídas de significados, mas eram discursos sobre significados, cujo sentido eu deveria buscar fora do dito. O fato de ter interferido sobre as próprias condições de pesquisa, fazendo-me acompanhar de assistentes, modificou radicalmente o resultado obtido nela. Os fatos não são, portanto, apenas construídos teoricamente e conquistados na prática sedutora do pesquisador. São também fruto das condições estrategicamente montadas pelo pesquisador mesmo quando não é ele quem está lá.

A narrativa a partir dos "dados" da pesquisa me forçaram ainda mais a considerar os "dados" como fragmentos de textos, como fragmentos de discursos porque dirigidos a outrem, por razões que eu deveria levar em consideração para decifrá-los. Além disso, como eu não estava "lá" e não me deixara envolver no fascínio da conversação que prende a atenção dos interlocutores no entendimento do conteúdo, dos significados do dito, podia visualizar melhor a situação da entrevista em suas condições de possibilidade. De fora, lendo um depoimento tão mais de dentro do que eu própria jamais conseguiria, logo chamavam-me a atenção as figuras de retórica, os padrões discursivos, os pontos de referência compartilhados, as verdades não discutidas na conversa entre homens e entre mulheres. Assim mesmo, o individual, o idiossincrático, o criativo, o perceptivo, o afetivo irrompiam do texto que eu, "de cá", "de longe" e "de fora" considerava menos subjetivo e mais social. A fusão de horizontes pretendida no projeto hermenêutico da interpretação nunca se completava porque as diferenças e novidades davam-lhe um caráter de caminhos paralelos e abertos, incompletos, definitivamente marcados pelo gênero, pela idade, pela biografia pessoal, pela história.

Foi enquanto mulher que vislumbrei uma possível interpretação bastante inovativa nas análises feitas sobre a criminalidade no Brasil. A repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre "gritavam" aos meus olhos de mulher que as práticas do mundo do crime vinculavam-se a um *ethos* da masculinidade, por sua vez centrado na idéia de chefe (Zaluar, 1988 e 1989). Aqueles arranjos e associações seriam os significados subjetivos, porém compartilhados socialmente, que os entrevistados atribuíam à sua própria ação, este *ethos* seria a minha interpretação sobreposta aos significados. Para aprofundar este aspecto da complexa questão da delinquência juvenil violenta que estudava, escrevi um trabalho sobre o papel da mulher neste mundo viril, no qual discuti as imagens e os papéis das muitas figuras femininas compostas através da fala dos próprios delinquentes e de algumas mulheres que os acompanham (Zaluar, 1993a). Este trabalho foi traduzido para o inglês (1993a) e francês (1994a).

Mas logo essa interpretação mostrou a sua incompletude quando ouvi, pessoalmente, a presidente de uma das associações de moradores contar, chorando, como as armas de fogo chegavam até lá e eram postas nas mãos dos adolescentes pobres, trazidas de carro por desconhecidos. Estes adolescentes, em plena fase de fortalecimento da identidade masculina, aprendiam rápido um novo jogo mortal para afirmá-la, devido à facilidade de obter estas armas. Havia, então, um fluxo de recursos — armas, drogas e até dinheiro — cuja fonte transcendia a prática mortal e criminosa dos adolescentes pobres. O escopo da análise teve que ser ampliado até incluir a organização internacional dos cartéis das drogas, além, é claro, das instituições locais — a polícia e a justiça — com as quais esses adolescentes e jovens adultos estavam em permanente contacto e constante fuga.

Até mesmo as barreiras entre a pesquisadora e o seu objeto de estudo tiveram que ser analisadas à luz dessa inclusão do institucional na análise. Não eram apenas as finas e sutis barreiras sócio-culturais das diferenças de gênero, raça, classe, idade e nível de escolaridade, já vivenciadas na primeira pesquisa. Eram também as barreiras criadas e mantidas pelo arranjo institucional que determinava o ilegal, o ilegítimo, o proibido, o passível de repressão e punição severas. Em poucas palavras, a necessidade de escapar sempre da prisão, nem que fosse através da mentira reiterada, impedia a confissão a quem não tinha nem os poderes do Inquisidor, nem a confiança merecida por estar identificado de modo claro e inequívoco com eles.

Com essa perspectiva, foram entrevistados cerca de 60 jovens do local e 40 prisioneiros durante os anos de 86, 87, 88 e 89 que renderam vários artigos, apresentações em reuniões científicas e de cunho político-político, palestras, entrevistas. Os artigos, reunidos no livro *Condomínio do Diabo* (1994e), acabam de ser publicados pelas Editoras Revan e UFRJ. Procurei igualmente dados quantitativos no bairro estudado e na cidade que foram posteriormente incorporados em textos mais recentes (Zaluar, 1992a; 1993b e d; 1994c e h).

Escrever e falar sobre temas tão candentes, que despertavam tamanhas emoções nos habitantes do país, trouxe várias consequências para

mim. A primeira foi a de me convencer que era necessário deixar a torre de marfim ou, nestes tempos de recursos escassos, de alvenaria da academia e enfrentar a ação prática no mundo mais vasto. Além de participar continuamente no debate público sobre o tema da violência e da criminalidade segundo várias arenas de discussão, organizei dois livros em duas das que considere mais importantes: a da crítica ao sistema educacional — *Educação e Violência* (Zaluar et alii, 1992) e da crítica à atual política repressiva de drogas — *Drogas e Cidadania* (Zaluar et alii, 1994d). Ao longo da década de 80, avalei também vários projetos de intervenção governamental ou de política social junto ao setor da população mais afetado pela violência: a juventude. Destes estudos resultou a minha tese de livre-docência defendida em 1991, agora publicada pelas Editoras da Unicamp e a Editora Escuta: *Cidadãos não vão ao paraíso* (1994g). Posteriormente, comecei a escrever um livro sobre a violência e o crime para jovens em idade escolar, recém terminado, mas ainda inédito.

SIGNIFICAR, TROCAR E DIALOGAR, FAZERES ABERTOS

Como parte do trabalho desenvolvido ao longo de mais de dez anos sobre a violência, vi-me diante do desafio de repensar também as teorias antropológicas fundadoras e constitutivas da disciplina sobre a noção de cultura e o relativismo cultural de modo a encontrar o lugar da violência neles. A *démarche* seguida nos textos mais recentes foi resumidamente esta:

Na prática corrente do relativismo cultural pelos antropólogos, uma das idéias básicas é o afundamento no universo do outro, a fim extrair dele a verdade acerca das regras que o regem, ou seja, do código alheio. A reconstituição desta lógica singular, a partir da viagem que talvez não tenha volta quando o antropólogo torna-se nativo, é a *démarche* que marca a escolha romântica e as armadilhas do solipsismo. Esta postura relativista levada às últimas conseqüências pressupõe universos culturais discretos e fechados, bem como a diferença radical incomunicável.

A construção de mundos à parte que configuram as culturas em limites reconhecíveis, identidades claras e sistemas lógicos fechados foi um artifício de afirmação de diferenças e, muitas vezes, de sua reificação ou essencialização na ânsia de combater os imperialismos (Rabinow, 1986:258). Além das armadilhas da contextualização radical que não explicava a posição do antropólogo nem a capacidade de entendimento entre ele e o outro, essa dicotomização de mundos acabou fazendo surgir aquilo que Habermas (1990) chamou de metafísica negativa, na qual o mundo do outro, desviante e divergente, é apresentado como a alternativa ao mundo oficial não mais aceito. Nesta se incluiria a corrente que estetiza a violência e a marginalidade como saídas para os graves problemas da sociedade moderna, como se faz numa versão esteticista da Antropologia que se nega a discutir a moral.

Esse artificialismo resultou ainda mais equivocado no mundo urbano em que a pluralidade de culturas em coexistência impede que cada uma delas se feche para as outras. Um dos seus efeitos foi o de manter etnografias no nível empirista, meras descrições de culturas "locais", contrastando-as umas com as outras, igualmente reificadas. No mundo urbano, as "regiões morais" de Park (1967) continuaram a ser apresentadas como "mundos que não se interpenetravam" e que marcavam apenas diferenças intransitivas, fossem de partes de cidades dicotomizadas, fossem de "tribos urbanas".

Porém, a posição relativista foi proposta para pensar como trazer a palavra ou a cultura do dominado, do colonizado, do silenciado ou seja, partia de um projeto de convivência da humanidade em termos mais tolerantes ou mais democráticos. Desde Boas, o relativismo cultural combateu o racismo ao advogar a distinção entre cultura, língua e raça, mas nem sempre tomou as dimensões do relativismo moral e epistemológico criticados por Spiro (1986). Partiu, portanto, de uma posição política e moral baseada em valores da modernidade, porque buscava encontrar patamares de comunicação das diversas culturas humanas. Trabalhava pelo entendimento, pela comunicabilidade entre as diversas culturas, pela distensão dos ódios raciais e dos imperialismos culturais.

Se montou a armadilha do solipsismo nas suas versões românticas e radicais, a Antropologia nunca se desligou de uma perspectiva universalista na sua concepção de alteridade vinculada ao conceito de unidade psíquica do gênero humano — ao qual pertencem todas as raças do *homo sapiens* — especialmente na bem articulada conceituação do estruturalismo. Os princípios gerais dos princípios singulares das culturas estudadas são os princípios lógicos que regem todo o pensamento humano, porque permitidos pela estrutura do cérebro encontrável em toda a humanidade. O Espírito Humano, não convidado, é o que garante em última análise a verdade do que foi dito e, principalmente, a comunicação entre um e outro. Entre cultura e comunicação, portanto, não existiria diferença conceitual, uma pressupondo a outra, uma permitindo a outra. Daí pode-se inferir que só se pode considerar como cultural o que for fruto de um entendimento prévio entre os participantes da comunidade, o que for

passível de aceitação consensual entre eles, baseada nos princípios e regras da comunicação e da reciprocidade.

Este conceito de cultura padece, pois, de uma cegueira quanto à ambivalência da natureza humana, nos seus aspectos positivos (o entendimento, a troca, a solidariedade) e negativos (a destrutividade, a violência) por basear-se na idéia do simbólico como sistema de signos e símbolos que servem à comunicação, em última análise ao social solidário e consensual. Desde a concretização da regra que proíbe o incesto, o social estaria garantido. Outras correntes da Antropologia, porém, sublinham a violência. Dumezil e Mircea Eliade, por exemplo, quando interpretam a simbólica do mal, apresentam como a razão do seu enigma a própria ambivalência do sagrado, a um só tempo negativo e positivo, montado na violência e no simbolismo da linguagem. O sagrado, então, não seria apenas a sociedade hipostasiada, mas também as forças negativas que a ameaçam de destruição. Bataille é outro autor que, sob a influência do surrealismo, critica a teoria da reciprocidade de Mauss por ver nela apenas o aspecto da constituição da sociedade humana através da obrigação de retribuir. Bataille (1967) veria a negatividade do dom na própria destruição dos bens com o objetivo exclusivo de gastá-los.

René Girard vai mais além. Para ele, os mitos estão sempre baseados em *histórias reais* de violência, na qual a sociedade vive uma situação de desordem e conflito, seguida do sacrifício de um escolhido para apaziguá-la, seja porque o seu suposto crime seria a razão do sofrimento geral em virtude do desagrado dos deuses, seja porque o sacrifício impediria de fato que a corrente de vinganças continuasse o derramamento de sangue (Girard, 1981). O conceito de vítima sacrificial, afirma que, diante de uma crise social, uma vítima inocente é escolhida não por seus supostos crimes, mas porque tem sinais próprios do monstruoso, e passa a incorporar todo o mal que atinge a coletividade. Esta descarrega naquela a sua violência sagrada e, apesar de dita num mito, tem um substrato real concreto, ou seja, são históricas.

Estas teorias têm recebido severas críticas. Primeiro porque pressupõe uma situação persecutória e paranóica para caracterizar o social e o mito, utilizando-se de um pensamento circular e tautológico para

explicar a violência neles contida (Kearney, 1985). Segundo porque qualquer coisa, pessoa ou pensamento, pode ser colocada na posição de vítima contagiada e contagiante, por isso excluída, quando o mal é cósmico, mas não se aplica aos crimes individuais efetivamente cometidos contra outrem e que têm, em qualquer sociedade primitiva, meios próprios de restabelecer a paz e a justiça. Ela é, no entanto, muito eficaz para explicar fenômenos em que coletividades ou comunidades se unem para dela extirpar estranhos que supostamente ameaçam a sua ordem interna: linchamentos físicos e morais, genocídios, terrorismo, extermínios ou limpezas étnicas. O seu caráter sagrado advém daí e o seu horror do fato de que a vítima sacrificial é sempre inocente. Esta simbólica cósmica, no plano religioso, teria sido superada com o martírio do próprio Cristo que sofreu e morreu por toda a Humanidade, numa tentativa de apaziguá-la. No plano político, pela invenção do Estado e suas instituições de pena e castigo em nome de toda a sociedade, superando a vingança pessoal e de pequenos grupos. Nenhuma destas alternativas à violência sagrada foi completamente exitosa, no entanto, continuando a vigorar a vingança coletiva carregada de emoção ou *pathos* contra pessoas que exibem sinais de vítimas sacrificiais (Kearney, 1985).

Mas esta definição de mal é apenas uma entre as muitas concepções culturais do mal, ou seja, são variadas as fontes e agentes do mal: cósmico ou humano e, se humano, intencional ou não. O estudo e análise das formas de controle social sobre os que tentam escapular dos vários níveis de consenso moral sobre o mal, não mereceu grande consideração de antropólogos, com exceção da escola britânica e de alguns antropólogos da Lei nos Estados Unidos. Nestes estudos, a lei e a ordem não são separáveis da própria sociedade que com elas se confunde. A troca de bens ou serviços entre os grupos de parentes que compõem as tribos é regida pelo princípio da reciprocidade que afirma que todo presente recebido cria uma obrigação de retorno, mesmo que não seja imediata. A reciprocidade é, portanto, de fundamental importância nas sociedades tribais em todos os aspectos da vida social: rituais, econômicos e políticos. Mas ela não é inteiramente igualitária, nem desinteressada, pois acaba criando distinções entre chefes e homens comuns, ou entre linhagens aristocráticas e plebéias.

Esta idéia da retribuição também está presente nos primeiros órgãos de justiça encontrados em algumas sociedades tribais, especialmente as norte-americanas e africanas, nas quais já existem instituições legais, mas não há ainda Estado. Isto quer dizer que a decisão do tribunal, do árbitro, do mediador, do intermediário ou do simples defensor não pode ser imposta pela força a quem perdeu a questão. Por isso mesmo, as instituições jurídicas primitivas baseiam-se na negociação, nos acordos e compromissos feitos oralmente entre as partes litigantes, em obediência a preceitos e valores da vida cotidiana de todos. Os conflitos são tão mais facilmente resolvidos quanto mais próximos estão os envolvidos na disputa, ou quanto mais laços cruzados houver entre os parentes do agressor e os parentes da vítima. Mas o princípio é sempre evitar que as desavenças se alastrem por todos. Ou pior, que a morte de uma pessoa seja vingada pela morte de outra pertencente à família do assassino e que isso degenera na luta homicida de todos contra todos dentro da tribo. E isso é feito principalmente com indenizações ou, em outras sociedades mais próximas das grandes civilizações, com sacrifício de animais aos deuses.

AS DUAS FACES DO ESTADO E A ANTROPOLOGIA

Enquanto antropóloga urbana, não pude dar as costas para o Estado, posição tão ao gosto dos que seguiram a tendência de alguns novos movimentos sociais, e enfrentei o monstro Leviatã como parte da história que narrava e das questões sobre as quais refletia, especialmente o lugar da violência no social. Ao final, o conceito de cidadania me forneceu uma chave para abdicar do conflito vivido por colegas em situações semelhantes. Em vários textos (1993c; 1994f, j e l) que aqui misturo e resumo, afirmei:

O homem por natureza bom e sociável é uma ficção intelectual. Durante toda a história da humanidade, instituições foram inventadas para controlar a destrutividade, a violência e os conflitos. Diz-se que os homens são os únicos animais que matam seus semelhantes por prazer ou orgulho. Mas os homens são também os únicos animais que se auto-domesticam e inventam meios de criar a paz entre eles.

O antropólogo, apesar do relativismo cultural, em nenhum momento, deixa de aderir a concepções do mal e de fazer escolhas sobre como combatê-lo, num evidente compromisso ético que marca a idéia do mal nas sociedades modernas¹ Mas o faz, às vezes, sem que explicita as

¹ Ao sumarizar a discussão sobre a simbólica do mal, Ricoeur (1986) recoloca-a na dimensão da liberdade humana: o mal não é fatalidade, nem necessidade, mas diz respeito à problemática da liberdade do sujeito humano, sujeito da lei e da moral. Abandona o plano especulativo e afirma que sua pergunta é o que fazer contra o mal, pois todo mal cometido por alguém seria mal sofrido por outrem. Antropólogos também não conseguem fugir dessas escolhas, nem mesmo pelo relativismo moral que contextualiza o mal em cada cultura particular. Seu dilema moral põe-se, pois, nos parâmetros da filosofia moral de Kant (Soares, 1991), em que a faculdade humana do julgamento, que nega o automatismo do hábito ou a obediência cega, dar-se-ia no plano da vontade, nunca da lei positiva ou da lógica

razões de suas escolhas ou sem que se torne consciente delas. Além disso, ele estuda sociedades e em todas elas encontrará uma idéia do mal cometido pelo próprio homem, que precisa de algum modo ser controlado ou combatido, e o é. Mais problemas éticos e políticos terá quando a "sociedade" em foco não é do tipo "casamos com os nossos inimigos", mas "matamos os nossos inimigos".

Só negando o processo de institucionalização que percorre toda a história da humanidade poder-se-ia afirmar que o ser humano é apenas atrapalhado pelo Estado-Leviatã, monstro violento e destrutivo que pretende domesticá-lo, retirando-lhe suas qualidades inerentes. Ou ainda, que o mal está em Leviatã que provoca o seu aparecimento no interior dos homens feitos dóceis, com o inconsciente destruído na disciplinarização das práticas institucionais de controle social sobre os corpos e as mentes. Esta visão do Estado está baseada na sua negatividade e ignora o seu caráter duplo, de duas faces, como as de Janus: uma face para a repressão, outra para a afirmação de direitos. Se o discurso antropológico no Brasil foi dominado pelas idéias rousseauistas do "bom selvagem" e as estruturalistas de um consenso formal, o discurso filosófico e político, que centra a violência como a resposta à tirania ou à exploração, ignora os aspectos positivos da cidadania que só existe por causa da invenção do Estado.

Ora, a luta contra Leviatã termina na universalização dos direitos de cidadania e na extensão do conceito para incluir direitos das minorias, garantidos por um Estado constitucional. É preciso admitir, portanto, no plano político, a mesma tensão entre o universal e o particular já pensada no plano das idéias, sem que o antropólogo venha a trair os princípios (e valores morais) do relativismo que se opõe a qualquer forma de imperialismo. Habermas (1988, 1990), ao criticar a filosofia do sujeito monológico subjacente ao Iluminismo que propõe uma verdade, uma justiça e uma beleza universais, busca uma nova unidade na diversidade das verdades, justiça e belezas. Esta unidade está baseada na possibilidade de diálogo entre os diferentes, por sua vez garantido pelo uso de regras universais formais. A própria idéia dos direitos de minorias é universalista

do sistema (Arendt, 1963:121).

universalista e não tem sentido senão num contexto cultural e institucional em que os demais direitos, inclusive o direito à vida e à liberdade de expressão sejam vigentes. Trata-se de um universalismo de novo tipo, não mais o universalismo com um centro único de idéias substantivas. O direito à diferença passa, pois, pelo discurso individualizante, a um só tempo universal e particular, da cidadania.

Desta maneira, pode-se finalmente desfazer a confusão entre igualdade perante o direito e indiferenciação cultural, igualdade cidadã e uniformização social, igualdade na lei (feita de direitos e responsabilidades) e atomização dos indivíduos na sociedade disciplinar, decorrente de engenharia institucional burocratizante e autoritária. Evita-se, do mesmo modo, o efeito político de profetizar o abismo entre grupos sociais com culturas diferentes e contribuir para cumprir a profecia, mantendo a exclusão dos grupos despossuídos, sem acesso às linguagens que hoje facilitam a comunicação e, portanto, a conquista da hegemonia. Em suma, sem garantias aos direitos da cidadania.

Por outro lado, a existência de um pano de fundo dos saberes tácitos e implícitos, considerados na Fenomenologia como o mundo que caminha por si, portanto fora da reflexão, não pode ser dada como verdadeira em qualquer época, em qualquer lugar, nem muito menos para o conjunto complexo de tradições e culturas recém-criadas que caracterizam o mundo de hoje. Os conceitos de interação cultural ou configuração ideológica podem nos ajudar a mapear teoricamente as dificuldades de lidar com sociedades recortadas por muitas divisões, e com culturas montadas pela junção, superposição ou articulação de idéias e regras muito diferentes entre si, como é a brasileira.

O problema teórico básico está no consenso social pressuposto em cada grupo focalizado, que só poderia ser inferido a partir do "olhar de fora" do observador privilegiado (Zaluar, 1985). O resultado é a imagem da cultura como um sistema fechado em si mesmo, naturalizado a tal ponto para os nativos que não há possibilidade do estranhamento ocorrer entre eles. De mais a mais, onde existirão esses mundos fechados, sem atores que pensem ou criem a partir do distanciamento de suas línguas (culturas) naturais? Certamente não em qualquer sistema complexo, especialmente no

mundo urbano, em que a participação simultânea em várias regiões e a interpenetração das redes sociais abertas (Hannerz, 1980) produzem o que Bakhtin (1981a e b) chamou de "inter-animação crítica das linguagens". Mas será o estranhamento ou o distanciamento um processo do pensar exclusivo à racionalidade moderna? Segundo Bakhtin, nem mesmo o camponês escaparia dos dilemas da escolha e da relativização dos seus mundos sociais, pois rezava a Deus numa língua, cantava cantigas em outra, falava com seus parentes numa terceira e ditava petições para as autoridades numa quarta (Bakhtin, 1981a).

Com a "inter-animação crítica", a escolha entre linguagens e o estranhamento de cada uma delas criam essa força simbólica que faz com que qualquer ser humano (e não apenas antropólogos e críticos literários) parem de tomar sua linguagem ou sua cultura naturalmente, tacitamente, automaticamente. O desvelamento crítico é, portanto, consequência dos encontros inter-culturais que podem acontecer até mesmo entre os que ocupam posições diferenciadas num mesmo agrupamento social. A tensão não está, neste caso, entre o saber tácito e pré-reflexivo da linguagem cotidiana e o saber sofisticado e reflexivo da teorização científica, mas se dá no interior mesmo de qualquer sociedade, de qualquer cultura.

As tensões internas a qualquer sistema cultural (e social), no entanto, podem ser lidadas de diversos modos: através da exibição teatral em praça pública, como na tragédia grega; pela discussão de seus pressupostos do justo, do certo, do útil e do bom, e das regras para atingi-los, tal como acontece em muitos sistemas jurídicos da tradição democrática anglo-saxã quando se quer chegar a decisão considerada consensualmente mais justa (Cardoso de Oliveira, 1989); pela repetição de compromissos que não esclarecem nem dissolvem a tensão e que são instrumentados pelas estratégias do indivíduo manipulador, tal como parece acontecer em muitas sociedades tribais africanas e, dizem alguns autores, no Brasil; ou por diversas combinações dessas possibilidades numa mesma sociedade que a cegueira teórica do pesquisador não permite perceber.

Ao se desconstruir a cultura identitária e unitária, as interfaces entre os múltiplos arranjos culturais — polifônicos, polissêmicos ou poliglo-

tas — é que se tornam o atrativo para o antropólogo, pois são elas que revelarão as possibilidades e os limites do entendimento racional entre seus nem tão cegos praticantes, assim como a interpenetração de seus vários mundos. O mundo do crime organizado, por exemplo, não está tão distante do mundo empresarial, nem muito menos do mercado — seus valores e suas regras. Na linguagem cotidiana dos bandidos isto está presente, assim como estão presentes suas relações com a família, os vizinhos, os trabalhadores. Muitos deles participam simultaneamente das exigências do mundo do trabalho e do crime. E todos acabam por tomar contato com a cultura jurídica hegemônica nas instituições supostamente encarregadas de reprimi-los, mas com as quais acabam fazendo diversos tipos de acordo e de compromisso. Mas a grande diferenciação interna entre eles, que impede o aparecimento de uma identidade única, torna difícil a utilização dos instrumentos disponíveis na Antropologia para delimitar, analisar e resumir em algumas regras e princípios essa móvel e camaleônica atividade de driblar o socialmente aprovado. Por fim, sua adesão circunstancial e carregada de dúvidas aos valores e regras de uma atividade que os coloca cotidianamente em contacto com a morte, com a guerra, faz desses indivíduos personagens trágicos, em conflito consigo mesmos, com seus parceiros, com suas prováveis vítimas. A auto-consciência destes conflitos, embora esteja longe de ser completa, não pode ser confundida com a cegueira absoluta de quem apenas segue os determinismos do social e do cultural.

Por outro lado, só a etnografia pode trazer ao conhecimento de todos o saber por eles acumulado a respeito das falhas, incoerências, discriminações e hipocrisias das instituições jurídicas. Por participarem ao mesmo tempo destas instituições, do mercado, da empresa, da vizinhança pobre e da família, suas falas registradas em entrevistas iluminam de modo inesperado as relações e as superposições entre esses vários mundos. E a ética do antropólogo está em fazer a crítica desse arranjo institucional e dessa configuração ideológica que leva tantos jovens à guerra, à droga, à morte. É, principalmente, a discriminação básica do nosso sistema policial e jurídico, que só identifica como criminoso o delinquente oriundo das classes populares, que convém ressaltar. A pobreza, então, deixa de ser a

explicação para a criminalidade, afirmação comum entre cientistas sociais, que só aumenta os preconceitos contra os pobres, e passa a ser a razão para a colocação, com sucesso, do rótulo de criminoso no bandido pobre.

Este diálogo de perspectivas fica fora da falsa alternativa entre vozes eternamente em discordância e confronto, como na cacofonia, ou entre vozes fundindo-se pela unanimidade superficial, pela mera imitação, pela identidade forçada ou mesmo pela união de perspectivas. Entre as duas, estão várias possibilidades. A alternativa para o desacordo perene não é a incorporação forçada de uma voz pela outra, nessa unificação meramente positiva ou violenta que Habermas (1988) caracteriza como a falsa identidade em que um se submete ao outro, e o outro se impõe como poder absoluto. Dois falantes nunca se entendem completamente nem nunca concordam inteiramente, e é a continuidade desse hiato que permite a permanência do diálogo, em que ambos se modificam no processo de entendimento (Bakhtin, 1981b). Dele pode resultar a concordância voluntária, e não forçada, com uma verdade unificada que inclua as verdades parciais de cada ponto de vista, mas que é maior do que cada uma delas tomadas separadamente.

No plano da cultura, é o acordo dialógico que faz dela uma unidade aberta, não coagida pela força, nem reproduzida automaticamente pelo hábito. No plano da interpretação antropológica, esta é a saída para as armadilhas do relativismo radical que equaliza todas as verdades parciais, mesmo as que usam e abusam da violência ou da inculcação automática como modo de se impor às outras,² para o subjetivismo ingênuo que vive o sonho impossível de reproduzir a subjetividade alheia e acaba repetindo apenas a subjetividade do próprio antropólogo; para o objetivismo arrogante que garante de antemão, antes do diálogo, a verdade superior do observador privilegiado. Do mesmo modo, fica possível pensar em mudanças de perspectivas, dos atores e dos autores, ou a compreensão de

² É preciso lembrar que a violência, enquanto um instrumento ou meio para conseguir o domínio sobre o outro, baseia-se na morte, na destruição, na submissão completa e na derrota deste. A hegemonia, ao contrário, usa a palavra como instrumento de persuasão, convencimento e crítica, estimulando o exercício da racionalidade entre as partes em disputa.

pressuposições não questionadas anteriormente, através do acordo entre as partes ou entre os pares. As falsas antenativas entre Caribdis e Cila, entre a cultura em unidade consigo mesma num mundo fechado ou a eterna resistência de uma cultura (dominada) a outra (dominante) num mundo de confronto e de conflito interminável, podem ser superadas pela dialética das mútuas e várias passagens, empréstimos, devoluções, desafios e negociações que acontecem num mundo de encontro e de disputa.

Por isso mesmo, afirmei que a sociedade brasileira é extremamente contraditória e complexa. Como qualquer outra formação social, ela é mista e é impossível encontrar princípios unívocos e claros que sirvam de chave para interpretar sua estrutura, sua cultura ou sua ideologia. Tomar um ponto de partida ou de entrada significa ter um ângulo de visão que ilumina alguns aspectos e deixa na penumbra ou distorce outros. Falar da sociedade brasileira pelo lado de suas manifestações violentas não significa, pois, abarcá-la como totalidade ou descobrir a sua verdadeira natureza (o que já sabemos ser impossível), mas simplesmente, apontar mecanismos que revelam o que pode vir a ser o seu ponto negro. Aquele que, ao invés de movimentá-la e reinventá-la, destruindo velhas estruturas e construindo novas, parece ameaçar engoli-la e fazê-la desaparecer enquanto sociedade, isto é, enquanto associação entre indivíduos livres, e enquanto comunidade, que cria identificações e pertencimentos favoráveis a uma sociabilidade intensa e criadora de laços sociais duráveis entre pessoas. O esgarçamento do tecido social e a substituição do uso das palavras na negociação dos conflitos pelos atos violentos é fato notado por vários estudiosos da sociedade brasileira atual.

Apesar do tom pessimista, esclareci que não estava prevendo uma destruição iminente. Estava perfeitamente cônica do funcionamento de outros mecanismos que, contraditoriamente, a levam na direção oposta à que apontava. A destituição de um presidente acusado de corrupção, o julgamento e prisão dos principais chefes da contravenção (os bicheiros) realizados pela Justiça do Rio de Janeiro, a mobilização dos moradores pobres de favelas contra a ação de grupos de extorsão e extermínio formados por policiais, eram sinais claros de que as ligações perversas começam a ser destruídas.

No plano político-institucional, preocupava-me sobretudo a versão atualizada do clientelismo no Brasil, hoje próximo a das máquinas políticas, do bossismo americano, que se valem do poder de compra do dinheiro (e não mais de laços morais) e cujo efeito corruptor é bem conhecido.³ Por isso, o "chefe", o "homem", o "cabeça", o que "está de frente"⁴ é considerado um patrão fársico, sem as qualidades morais atribuídas ao patrão no registro tradicional (Zaluar, 1985). Não tem autoridade nem induz respeito, mas consegue obediência através do medo pelo seu poder (ou o de perseguir politicamente seus desafetos uma vez eleito, no caso dos políticos, ou pelo poder de fogo de sua quadrilha, no caso dos empresários do crime). O seu caráter despótico é revelado pelos nomes usados para designá-lo: "homem", porque os que a ele se submetem adquirem características do feminino; "cabeça", porque, estando acima dos outros, é o único que pensa, age, e é portanto livre, os outros seus meros escravos; "de frente", porque não lidera como alguém que está à frente e conduz seus seguidores para algum lugar buscado por todos, mas os *defronta* como quem está de fora.

Além disso, dizia, o clientelismo de qualquer tipo é conhecido por segmentar a sociedade, dificultando as associações que envolvam várias categorias de grupos religiosos, étnicos, sexuais, ou de residentes locais, e estimulando a corrupção, a falta de espírito público e a conseqüente defesa de interesses particulares, muitas vezes sem a necessária civilidade ou respeito mútuo. Rispidez, respostas violentas à menor provocação demonstram incapacidade de negociar diferenças e conflitos, o que aumenta o nível de violência na sociedade. Desse modo, pode-se dizer que este clientelismo, embora não desvinculado inteiramente do Estado e da cidadania

³ Um historiador inglês (Macfarlane, 1985) analisa a transformação nas concepções do bem e do mal advindas com o triunfo do mercado e do capitalismo que resultou da propriedade perturbadora que o dinheiro tem de comprar tudo, inclusive a fachada moral e o reconhecimento social. No lugar das moralidades absolutas, teríamos a confusão entre o bem e o mal proporcionada no contexto do individualismo egoísta no mercado.

⁴ Estes termos são usados nos bairros populares que estudei tanto para referir-se aos chefes do crime organizado quanto para designar os políticos poderosos que vinham pedir votos na época das eleições.

(Badie, 1991), não contribui para desenvolver a cidadania no sentido individual de civilidade no tratamento com o outro. Fazia a oposição, portanto, entre a civilidade, irmã da cidadania, e as formas pessoais, atualmente eivadas de corrupção, das relações políticas verticais no Brasil, tão evidentes no crime organizado.

A definição restrita de cidadania enquanto reclamação ou reivindicação ao Estado, perde essa dimensão — a civilidade — da cidadania e a restringe a aspectos materiais apenas. No sistema escolar, isso se manifesta no foco em construir prédios novos para escolas, em vez de desenvolver novos projetos pedagógicos, bem como a substituição de serviços assistenciais pela preparação dos professores para suas tarefas educativas junto a grupos de diferentes origens sociais e étnicas.

O clientelismo, por criar segmentações, dificulta, também, a visualização das comunidades mais abrangentes. O paroquialismo fica sempre no horizonte como estreitamento das perspectivas e das possibilidades de associação. Quando o clientelismo se associa ao autoritarismo, provoca, além do estreitamento de horizontes e de comunidades de referência, uma corrupção da própria idéia de comunidade, na medida em que sublinha os interesses materiais particulares. Por isso mesmo, pode ser entendido como um sistema da tirania multi-centrada, com problemas opostos aos do totalitarismo. Contudo, como qualquer tirania, também se acompanha de bandidos e serviçais, que passam a substituir os leais amigos e servidores.

Como um fenômeno da modernidade, já que rompe com as exigências morais que submetem as pessoas a laços de lealdade, esta tirania de muitos focos emancipa as paixões individuais, especialmente a competição (segundo as teorias de Maquiavel, Hobbes, A. Smith e Hegel, *apud* Strauss, 1954, 306-7). Não tem, contudo, o caráter sinistro do totalitarismo do século XX, que estendeu ainda mais seu desejo de poder e reconhecimento universal através do uso controlado e manipulativo da tecnologia, da ciência e da ideologia e que, por isso mesmo, investiu tanto na educação. A tirania moderna e multi-centrada, além de substituir a autoridade pela força, cria um vazio de ordem, preenchido pela violência, onde os mecanismos educacionais deveriam funcionar. À incivilidade e à incapacidade de negociar, adicione-se a incapacidade de exercer compaixão

ou empatia, isto é, de se colocar no lugar do outro. Ao invés disso, a rapidez em colocar rótulos e em identificar os inimigos ou culpados, junto com a rapidez de justicá-los através da violência. Assim, na relação entre estranhos ou com os que estão fora da comunidade definida restritamente, predominam os linchamentos simbólicos e físicos.⁵

Neste tipo de relação entre sociedade e Estado, por ter que se submeter a poderes não legitimados que usam e abusam da força, os homens tornam-se suscetíveis a qualquer provocação, interpretada como ameaça a sua honra e integridade masculina. A mesma futilidade de motivos notada por Carvalho Franco (1974) em relação aos homens livres no Brasil escravocrata, nota-se agora na população brasileira, em especial nos jovens pobres e de cor.

Porque, no Brasil, a lei desprende-se da moralidade da população e não conseguiu limitar os excessos do individualismo egoísta no mercado nem o poder corruptor do dinheiro parece-me a questão fundamental para se desfazer o nó cultural-institucional que alimenta o caráter despótico das relações de poder na sociedade brasileira e, conseqüentemente, o vazio educacional que nos preocupa. O conhecido padrão clientelista da formação social brasileira marcou também o desenvolvimento capitalista que se fez por regalias e financiamentos generosos conseguidos junto ao governo. Os meios modernos de ascender socialmente se fazem também pela posse de dinheiro e acesso aos favores, privilégios e concessões do poder público. Num sistema assim, muito pouco interesse passa a ter a educação, seja como política pública, seja como meio de ascensão social e da conquista de direitos para a população. Desse modo, o futuro da educação a longo prazo se entrelaça com o fortalecimento dos direitos individuais do cidadão e o funcionamento eficiente do Judiciário.

⁵ O Brasil conheceu recentemente uma prática violenta e sumária de fazer justiça com as próprias mãos: o linchamento de pessoas, algumas das quais jovens adolescentes, suspeitas de praticarem crimes considerados hediondos - tais como estupro ou assassinato de crianças - e simples roubos nos bairros populares. Sem nenhuma preocupação com os processos investigativos, essas pessoas foram linchadas pela população local ou foram mortas por justiceiros apoiados e, às vezes, financiados por ela.

Além do mais, o uso da força nas relações de poder em substituição à autoridade e o esvaziamento dos processos educativos, em nome às vezes liberalismo do "deixar fazer", só que aplicado às crianças, são faces opostas de uma mesma moeda. Por isso ocorrem concomitantemente no Brasil, caracterizando a conhecida oscilação ou alternância que vai da rigidez ou violência para a permissividade, ou do autoritarismo para períodos de fraqueza institucional misturada a práticas liberais.

Foi grande a contribuição do Estado brasileiro para o aparecimento do vazio educacional assinalado. Pois ele vem de longa data e foi institucionalizado pelo menos desde que a República foi proclamada. O novo governo queria marcar uma revolução moral no país por meio da separação rígida entre o trabalho regular e penoso, pai de todas as virtudes, e o ócio, mãe de todos os vícios. Os republicanos jacobinos, que queriam dar uma feição moralista e repressiva ao trabalho, foram os principais mentores desta política que resultou na repressão às formas de expressão cultural dos brasileiros negros e mulatos, assim como na detenção dos classificados como vadios e desordeiros. Nos cálculos de Boris Fausto (1984), os números de detidos desta forma correspondiam a 86% de todas as prisões entre 1912 e 1916. Os que haviam cometido crimes, assim definidos no Código Penal, eram cerca de 14% deste total. E o que é mais importante, enquanto os brasileiros (em geral negros e mulatos) eram tachados logo de vadios, os estrangeiros continuavam sendo considerados bons trabalhadores e iam presos por desordem. Entre 1904 e 1906 eram brasileiros 71,2% dos vadios; os estrangeiros, 28,7%. Mas eram estrangeiros 52% dos desordeiros e 60% dos presos por embriaguez.

Nesta tentativa de moralização pelo trabalho, não se considerava a educação como a maneira mais eficaz de preparar a população para as novas profissões na indústria e no comércio e para adquirir novas posturas diante do trabalho, visto negativamente como escravidão. Nem as várias religiões foram entendidas como o melhor meio para discutir as questões morais da vida urbana. A República apostou na Polícia para mudar a sociedade violentamente. A questão social foi, de fato, uma questão de polícia.

CRIME E VIOLÊNCIA, MALES A COMBATER

Na experiência adquirida durante estes anos de pesquisa e participação, entendi que a discussão pública sobre a violência e a criminalidade criou uma perigosa divisão que ameaça a frágil democracia brasileira. De um lado estão os libertários que, a partir da afirmação de que a sociedade é que é criminosa, na medida em que, por ser desigual e iníqua, sustenta uma ordem que contém, controla e limita desejos e paixões individuais, acabam por atacar qualquer ordem social, especialmente quando parte do Estado. Viva a desordem, é o seu lema. No outro extremo, estão os que, em virtude do medo e da indignação pelos horrores praticados pelos insubordinados bandidos de hoje, pensam que a ordem deve ser mantida a qualquer preço, sem considerar as perdas da liberdade individual. Viva a ordem, entregue-se tudo a Leviatã, é o seu atual desejo. A manutenção do atual dilema pode nos levar ou ao caos e à extensão do estado de guerra a todos, ou então ao recrudescimento da ordem autoritária. Entre eles, ficaram os que, como eu, passaram a propor um Estado de direito em que fosse possível o controle democrático da violência.

Preocupava-me, sobretudo, a confusão entre as novas manifestações da criminalidade violenta, profundamente imbricadas ao crime organizado empresarial e internacionalmente, com manifestações de revolta das classes populares. Dizia que, no uso sistemático da violência observado hoje no Brasil, o objeto dela não está delimitado enquanto identidade coletiva clara, considerada como o inimigo a ser vencido para que a justiça seja feita. Do ponto de vista de seus agentes, inclusive os pobres, além do estilo de vida dos ricos, o sentido desta atividade é levar os princípios do mercado ao paroxismo e aplicá-los a qualquer coisa, inclusive a vida humana: mata-se por certa quantia de dinheiro, traficam-se pessoas adultas e crianças. No plano político, isto significa reduzir os conflitos às relações

inter-pessoais e individuais, abandonando-se as coletividades enquanto grupos de interesse ou de posições ideológicas.

Por isso mesmo, a correlação entre pobreza e criminalidade ou entre pobreza e violência foram por mim problematizadas, com o auxílio de dados estatísticos de várias fontes. Com base neles, argumentei que atribuir apenas à pobreza, que sempre existiu no país e que teve vários indicadores melhores nas décadas de 70 e 80, o incrível aumento da criminalidade e da violência observado nestas duas últimas décadas, especialmente na última, era alimentar preconceitos e discriminações contra os pobres. Afirmar que, além de constituir um erro de diagnóstico, que pode tornar ineficazes as políticas públicas adotadas a partir dele, tal postura tinha efeitos políticos desastrosos. Fundamentei a minha argumentação em vários textos mais técnicos (1994c, 1994h, 1994i) em síntese como se segue:

Pesquisa do CBIA (órgão do Ministério da Previdência Social), aponta grande aumento de mortes violentas nos últimos anos: 3,1 mortes de crianças e adolescentes por dia em todo o país em 1988; 5,6 mortes em 1990. As mortes violentas ou por causas externas agregam o número de mortes por cinco diferentes causas, a saber: acidentes de transporte, outros acidentes, suicídio, homicídio e outras violências. Em São Paulo morreram assim 853 jovens em 1990; no Rio de Janeiro, 442. Segundo a mesma fonte, os jovens brasileiros de 15 a 18 anos morrem mais de assassinato do que de qualquer outro motivo. Na faixa de idade que vai de 5 a 11 anos figuram, em primeiro lugar, os acidentes de trânsito. Desta idade em diante, os homicídios provocados por armas de fogo lideram as estatísticas com 39% do número total de mortes, seguidos dos acidentes de trânsito (26%), outros tipos de armas (12%), e afogamento (11%). Dos 39% de mortes provocadas por armas de fogo, 78% atingiram jovens entre 15 e 18 anos de idade, 10% entre 12 e 14 anos, 8% entre 5 e 11 anos, 4% entre 0 e 4 anos. Faleiros (1993) calcula que 70% das mortes violentas em todo o Brasil atinjam adolescentes entre 15 e 17 anos, 50% das quais seriam atribuídas à ação de grupos de extermínio, 40% a grupos de traficantes e 8,5% à polícia. Conseqüentemente, são os adolescentes acima de 14 anos de idade, e não as crianças que estão sendo sistematicamente mortas. O

quadro da mortalidade mudou no país. A principal causa de morte entre crianças não é mais a desnutrição, nem as doenças parasitárias e infecciosas ocupam os primeiros lugares para a população como um todo. Nos anos 80, as doenças de circulação e os cânceres eram os primeiros, e as mortes violentas ocuparam o terceiro lugar em todo o país. Os homens, principalmente na faixa de idade de 15-39 anos, foram as maiores vítimas de mortes por causas externas (84%), ou seja, na proporção média de 8 homens para cada mulher. Em acidentes de trânsito morreram 75% de homens; por homicídios intencionais 92% de homens nos principais centros urbanos do país. A violência, além de piorar a qualidade de vida porque o medo e a insegurança criam mais um problema para todas as famílias, também piora os já combalidos hospitais do país. Nos hospitais públicos e conveniados, 888 576 internações são feitas por ano para tratamento de vítimas de acidentes e crimes violentos, com custos altíssimos para o sistema que já sofre pela falta de verbas para atender os doentes, os idosos e as crianças.

Em estudo recente (Zaluar *et alii*, 1994h) consegui fazer, com colegas do Instituto de Medicina Social da UERJ, uma comparação nacional dos dados sobre um dos indicadores de criminalidade e violência que são os números de mortes violentas em todo o país, centralizados pelo Ministério da Saúde. A linha interpretativa que escolhi foi a de comparar igualmente os dados sobre migração e pobreza disponíveis para cada macro-região, estado, capital e região metropolitana. As conclusões sumariamente foram as que se seguem:

Em 1989 os três estados que apresentavam taxas de mortalidade violenta bem acima dos demais (em torno de 140 mortes para cada 100.000 habitantes) eram Roraima, Rio de Janeiro e Rondônia, dois deles novíssimos estados de ocupação recente e crescimento populacional acelerado nos anos oitenta, as maiores do país, o outro, um dos mais antigos, que abrigou a capital federal por 250 anos, com um crescimento populacional de apenas 1,13%, um dos menores do país. Num segundo patamar, beirando a taxa de 90 mortes violentas para cada 100.000 habitantes, estavam Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, estados estes que mostraram maior pujança da agro-indústria e de

enriquecimento por atividades produtivas no país. Mato Grosso também apresentava uma taxa de crescimento populacional alta, mas não os demais. Bem próximos a estes, com taxas em torno de 70 mortes, estariam o Distrito Federal e os estados de Espírito Santo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, os dois últimos perdendo população através da migração para outros estados, o primeiro recebendo menos migrantes do que recebeu no passado. Junto à média nacional de mortes violentas estão Santa Catarina, Alagoas, Paraná e Acre, dois estados da rica região Sul de onde partiram muitos migrantes destinados às regiões Centro-Oeste e Norte, um estado da região Nordeste famoso porque nele os conflitos inter-pessoais seriam resolvidos à bala, mas que apresenta um dos mais baixos crescimentos populacionais do país, e um novo estado da região Norte, que continuou a crescer muito rapidamente: o Acre.

Além disso, os estados que apresentam as taxas de mortalidade violenta mais baixas do país, bem abaixo das médias nacionais, são também os estados mais pobres do país: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraíba e Bahia. O Maranhão, lanterninha das mortes violentas, sofreu um incremento populacional nos anos 80, assim como o Piauí, o Ceará e o Rio Grande do Norte, maior do que o Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul, estes últimos com taxas de mortes violentas mais elevadas do que a média nacional.

Quando se exclui os acidentes e os suicídios, o gráfico dos estados modifica-se: Roraima continua liderando a taxa de mortalidade com 107,30, enquanto o Rio de Janeiro baixa a sua taxa consideravelmente para 94,63 e Rondônia ainda mais dramaticamente para 55,19. A conclusão óbvia, visto que os suicídios têm taxas baixíssimas em todos os estados da Federação, é de que os acidentes são mais numerosos e estatisticamente importantes nestes dois estados, especialmente no último, do que no primeiro. São Paulo desce de 91,64 para 35,44; Alagoas de 71,38 para 35,19; Mato Grosso do Sul de 89,83 para 36,30; Pernambuco de 79,42 para 49,26; Paraná de 69,32 para 18,54; Santa Catarina de 71,57 para 13,27 pelos mesmos motivos. No Nordeste, a exceção seria Pernambuco, cuja posição é pouco alterada e Sergipe que revela um dramático aumento de homicídios e outras violências. Excetuando Tocantins, estado de criação

recentíssima, os lanterninhas continuam sendo os mais pobres e de povoamento mais antigo do país, justamente aqueles que levavam a fama por estarem na região do país onde tradicionalmente os conflitos inter-pessoais se resolveriam à moda sertaneja na violência costumeira. São eles os estados do Maranhão, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

A violência dos estados parece ter, a julgar pelas estatísticas, um cenário urbano. Rio Branco, capital do Acre, coloca o estado entre os líderes dos assassinatos no país, com a taxa de 63,79 em 1987. Rio de Janeiro, Recife e Aracaju também se encontram entre estes, revelando que em todos os estados mencionados, o homicídio é problema eminentemente urbano. As capitais lanterninhas são as de Santa Catarina, Amapá, Piauí, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná e Maranhão, com taxas em torno de 20. Nestas capitais estão algumas das mais ricas e das mais pobres do país.

Dentre os movimentos migratórios mais surpreendentes do país, e que desfazem os preconceitos raciais e étnicos que tentam explicar a violência, é o que levou um número estimado de 1,5 milhões de agricultores do interior do estado do Paraná para outros da federação, durante o período 1980-1986 principalmente em direção de Rondônia (Martine, 1994: 18), um dos campos da violência no Brasil. Já a capital do estado, Curitiba, que provavelmente recebeu a maior parcela do outro milhão de pessoas que se deslocou para áreas urbanas do próprio estado, apresentou uma das taxas de homicídio mais baixas da federação, a indicar que a explicação para tão inusitado fato pode estar justamente nas atividades e nos equipamentos institucionais encontrados no ponto final da migração, mais do que no movimento migratório propriamente dito ou na etnia dos migrantes.

Perdem força explicativa as teorias repetidas *ad nauseam* acerca do migrante rural tradicional, inadaptado nas grandes cidades, epitomizado em livros, novelas e filmes, recriado nas teorias de senso-comum, parte do imaginário da população do sul do país, como o personagem central da violência urbana, em especial o morador da favela do Rio de Janeiro, e o nordestino que vive em São Paulo. Estamos diante de novos fenômenos da criminalidade moderna e da violência que dela faz parte, muito diferente da

violência costumeira dos sertões brasileiros, onde imperava um código de honra muito claro e conflitos inter-familiares agudos.

As regiões metropolitanas brasileiras, nas quais se encontram os maiores contingentes de pobres do país, assim como os chamados migrantes de segunda geração, permite examinar o possível impacto da concentração de pobreza numa mesma área urbana densamente povoada. Todas as regiões metropolitanas brasileiras, com exceção de Belo Horizonte, pioraram as taxas de mortalidade, seja a que soma homicídios a "outras violências", seja a que, além destas mortes assim classificadas, inclui acidentes de transporte. Se Belo Horizonte liderou as taxas de acidentes de transporte durante toda a década, com taxas que variaram de 22 a 32 para cada 100 mil habitantes, foi a única metrópole que conseguiu diminuir a taxa de homicídios, mesmo quando se adiciona outras violências: cai de 19,3 para 17. Grande São Paulo duplica sua taxa de homicídios e outras violências (de 27 para 48,26) e exibe o maior aumento quando considera-se apenas os homicídios: de 21,64 para 44,30. O grande Rio não chega a dobrar a sua taxa de homicídios somados às outras violências, pois já começou a década com uma taxa alta (48) e termina a década com a taxa de 93,24. Visto que a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro calcula que 50% das outras violências são devidas a acidentes, descontando-se estas, a taxa deveria baixar substancialmente.

As regiões metropolitanas de pior desempenho no que se refere às mortes violentas são indiscutivelmente aquelas em que estão os maiores contingentes de pobres e miseráveis do país — São Paulo, Rio de Janeiro e Recife —, mas não as com maiores proporções de pobres, no caso das duas primeiras. Todas as regiões metropolitanas brasileiras, embora ainda com altos percentuais de pobres entre seus habitantes, melhorou sua posição na década de oitenta (apud Rocha, 1992). As únicas exceções seriam Porto Alegre e Rio de Janeiro. Porto Alegre, como todas as outras metrópoles, melhorou sua posição sensivelmente em 1986 e piorou quase quatro pontos percentuais até 1990. Rio de Janeiro, que vinha diminuindo seu percentual de pobres até 1988, sofreu, no final da década, um aumento espetacular de 10 pontos percentuais em relação aos números de 1986 (de 23.2 para 32.7 em 1990). Foi, sem sombra de dúvida, a região metropolitana que mais

empobreceu, mas só o fez a partir de 1988, quando sua taxa de homicídios já havia dobrado. São Paulo manteve a mesma proporção de pobres que tinha no começo da década, o que não explica o aumento das taxas de mortes violentas e de homicídios ao longo dos anos 80. Recife, a região metropolitana brasileira que tem a maior proporção de pobres (48,5 em 1990), quatro vezes maior do que a de Curitiba, é a única que pode demonstrar a correlação entre alta proporção de pobres e alta taxa de mortalidade violenta e de homicídios, aquela proporção, porém, bem menor do que a do Rio de Janeiro que, tendo relativamente menos pobres, supera Recife nestas taxas de mortes. Em outras palavras, a pobreza não é a única explicação para o que acontece.

Quando se examina a questão sob o ângulo do incremento populacional do núcleo e da periferia das regiões metropolitanas, verifica-se que as maiores taxas de mortalidade violenta e de homicídios também não acompanha nem o aumento da população global nem o da periferização, ou seja, o aumento populacional na periferia. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife foram as três metrópoles que menos cresceram na década e as que apresentaram taxas mais altas de mortes violentas e homicídios. Foi no Rio de Janeiro também que a periferia menos cresceu em todas as metrópoles brasileiras, mas São Paulo e Recife apresentam taxas maiores de periferização, com municípios de elevada taxa de crescimento e uma população pobre vivendo em precárias condições urbanas, de infra-estrutura e de serviços públicos insuficientes, além de direitos de cidadania, especialmente os civis, muito limitados. Estas três metrópoles hoje acumulam as conseqüências da urbanização desordenada, sem política urbana adequada para enfrentá-la, mera resultante de ilusões criadas pelas ondas de desenvolvimento econômico que alimentaram a atração da cidade grande sem criarem os empregos necessários para atender tanta gente que se deslocou para as metrópoles nas décadas anteriores. Entretanto, Belo Horizonte, cuja periferia cresceu bem acima da média nacional para periferias, conseguiu diminuir suas taxas de mortes violentas. Curitiba, Fortaleza e Salvador, as que mais cresceram e também as que apresentaram taxas altas de crescimento populacional nas suas respectivas periferias, tiveram as taxas mais baixas de homicídios e outras

violências entre as regiões metropolitanas, embora com tendências a aumentar, especialmente Salvador.

Como em São Paulo e no Rio de Janeiro, a violência urbana é sobretudo metropolitana, ou seja, é nos municípios que formam a periferia da região metropolitana, assim como no seu núcleo, a capital do estado, que as altas taxas de mortes violentas e homicídios se encontram. O interior desses estados não apresenta as mesmas altas taxas. Estes dados vem a sugerir o exame de uma antiga teoria da sociologia criminal que afirma que não são os migrantes, mas a segunda geração, os que mais facilmente escolhem o caminho da delinquência quando jovens, por já terem incorporado os valores materiais de sucesso nas grandes metrópoles sem terem conseguido obter as oportunidades ou meios legais para atingir aqueles fins (Merton, 1938). As progressivas dificuldades de encontrar emprego, e os baixos salários, no Rio de Janeiro fariam desta região metropolitana a mais propensa a confirmar a teoria das poucas oportunidades, só que nos crimes econômicos, contravenções e nos chamados crimes contra o patrimônio, mas não nas mortes e nos crimes violentos, ou seja, nos crimes contra a pessoa, crimes estes muito menos relacionados à pobreza. Nenhum desses fatores pode, sozinho, explicar esta espetacular taxa de aumento dos crimes violentos na década de 80.

Com base em conclusões e em dados de vários trabalhos anteriores, comecei a desenvolver uma análise do que acontece hoje nas principais regiões metropolitanas brasileiras, locus da violência que gera o medo, cria as condições políticas que ameaçam a frágil democracia brasileira e mantém as possibilidades de existência do crime organizado multinacional, polivante e financeiro. Em síntese, afirmei que:

No caso das maiores regiões metropolitanas brasileiras, é a maior visibilidade da privação relativa, e não a carência propriamente dita, que reforça a "motivação para o ato desviante". Só que esta motivação, para se efetivar, sofre os efeitos combinados das novas formas de organização familiar, dos novos padrões de consumo, do novo ethos do trabalho, do hedonismo, do sistema escolar, das políticas públicas para o menor e para o usuário de drogas, da crise institucional e da presença de uma organização criminosa que se fortaleceu ao longo de toda a década de 80.

Prova disto é o percentual baixo de pobres entre os pobres que optam pela carreira criminosa que calculei em menos de 1% em relação ao total da população de um bairro pobre do Rio de Janeiro: 380 pessoas pertencentes às quadrilhas de traficantes e aproximadamente 1200 pessoas envolvidas com roubos e furtos, de uma população calculada entre 120.000 e 150.000 pessoas (Zaluar, 1994e, *passim*).

A participação relativa dos jovens como agentes e vítimas da violência urbana é outra característica na qual o Brasil segue a tendência encontrada no panorama internacional, especialmente no continente americano (Paixão, 1988; Coelho, 1988; Caldeira, 1992; Adorno, 1992). A participação de jovens infratores ("menores") já era três vezes maior em 1985 do que em 1982 (Coelho, 1988).

Para compreender tal fato, é preciso começar pela investigação de como a pobreza afeta os jovens. De fato, houve no Brasil, assim como em outros países do mundo, um processo de feminização e de infantilização da pobreza. Dados do IBGE (Ribeiro e Saboia, 1993) indicam que, em 1989, 50,5% das crianças e adolescentes brasileiros pertenciam a famílias com renda familiar per capita de menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, enquanto 27,4% pertenciam a famílias com menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Destas últimas, 56% pertenciam a famílias cujos chefes eram mulheres. Mais de 40% das famílias chefiadas por mulheres se encontraram abaixo da linha de pobreza, enquanto cerca de 30% das famílias nucleares completas se encontravam nesta situação. Além disso, qualquer que seja o critério adotado para calcular a pobreza, não existem dúvidas sobre a correlação entre baixa escolaridade e baixa renda. Os trabalhadores analfabetos ou com um ano de escolaridade constituem, segundo os dados do IBGE, 72% dos trabalhadores pobres do país. Os que obtêm 5 anos de escola ganham 55% mais do que a média dos salários no país, no qual 60% dos trabalhadores ganham menos do que 130 dólares mensais. O aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres e de crianças com menos de 10 anos nas famílias de percentuais de renda mais baixa no país é fato apontado por numerosos estudos (Ribeiro da Silva, 1987; IBGE, 1990; Henriques & Valle e Silva, 1989; Rizzini, 1993; Barros e Mendonça, 1993). Mas esses dados explicam melhor o fenômeno da criança de rua,

que pouco a pouco corta seus laços com a família e a escola e passa a viver na rua, ligada aos seus pares, crianças e adolescentes de rua como ela. A relação destes não tão recentes mas muito jovens personagens urbanos, que sempre foram conhecidos das ruas das grandes cidades brasileiras, com o aumento da criminalidade se deve ao fato de que eles são submetidos a toda espécie de usos e abusos, inclusive dos adultos pertencentes às redes de receptação de objetos roubados, assim como dos policiais corruptos. Por uma série de problemas das políticas públicas no setor, que analisei em outro texto (Zaluar, 1994b), é muito alta a incidência destes personagens que terminam povoando as prisões brasileiras, acusados de crimes cada vez mais graves. Mas não é a criança de rua a chave do enigma que queremos desvendar.

É fato também que, para compensar as perdas salariais advindas do processo inflacionário, assim como as novas demandas de consumo por bens duráveis e de vestuário, as famílias pobres passaram a recorrer ao trabalho infantil e juvenil para complementar a renda familiar. Vários trabalhos apontam para o aumento deste esforço de trabalho no setor urbano da população durante a década de 80 (Ribeiro da Silva, 1987; Madeira, 1988; Valadares, 1990; Rizzini, 1993). No entanto, o maior contingente destes jovens e crianças, muitos dos quais trabalhando na rua, permanece ao largo das atividades criminosas (Zaluar, 1994e), embora coloque-os em posição mais vulnerável à influência dos grupos organizados de criminosos. Apenas pequena parte daqueles jovens termina envolvida pelas quadrilhas de ladrões ou de traficantes, para os quais trabalham de arma na mão e vida no fio. Não basta, pois, explicar o envolvimento pela vontade ou necessidade iniciais de ajudar a família na complementação da renda familiar, e a falta de emprego para eles, embora esta necessidade permaneça no pano de fundo.

Um dos mistérios seguintes é porque crianças e jovens pobres não permanecem na escola, apesar do crescimento da rede escolar em quase todo o país. Tanto o analfabetismo quanto a baixa escolarização destas crianças e adolescentes podem ser parcialmente explicados pela necessidade de ingresso prematuro no mercado de trabalho para complementar a renda familiar insuficiente. Além disso, a repetência continuada, cuja análise apon-

taria muito mais as falhas do próprio sistema escolar, é um problema real no sistema de ensino brasileiro que pouco melhorou ao longo das décadas: nos anos 30 a taxa de repetência média era de 60%, nos anos 80 era de 50% (Costa Ribeiro, 1991). Daí afirmar-se que este seria o motivo que leva alunos pobres a desistirem cedo da escola, embora também atinja alunos de outras classes sociais. Dos alunos que se encontram entre os 10% mais pobres 75% são repetentes, enquanto entre os 10% mais ricos a repetência atinge 40%, uma média bem acima da encontrada em outros países (Glazer, 1986). A culpabilização dos alunos pobres, decorrente da ausência de crítica à escola no que se refere à qualidade do ensino, seria para esta corrente, o aspecto mais perverso do atual sistema escolar na medida em que contribui para diminuir a auto-estima e criar uma auto-imagem negativa entre aqueles alunos (Costa Ribeiro e Paiva, 1993), outra das sementes da criminalidade que, encontrando o meio propício, florescerá.

Os estudos de política social avaliaram os resultados pífios da década de 80, considerada uma década perdida no que se refere à educação, o que marcou as soluções emergenciais com a fórmula "tirar o menor da rua". Tentei, então, recompor a discussão sobre os direitos, sublinhando a necessidade de integrar aos direitos sociais, os demais direitos: os civis e os políticos, na tentativa de superar os impasses postos por uma proposta educacional que sublinha os aspectos materiais da carência e que termina na urgência de fornecer qualquer instrução profissionalizante ao menor para colocá-lo no mercado de trabalho (Zaluar, 1991b e 1994g). Por isso, critiquei a dupla redução por detrás desses projetos, nos quais falta proposta pedagógica clara de *formação mais geral*, por reduzirem a carência ou a desigualdade ao plano material e por reduzirem os direitos de cidadania aos direitos sociais. A desigualdade sócio-econômica desdobra-se nos planos político e institucional. Por fim, sugeri, para a década, a substituição do conceito de cidadania regulada, de Wanderley Guilherme, pelo de cidadania incompleta. Daí reclamar uma nova cultura política ou cívica a ser cultivada na socialização destes jovens, preparando-os para uma cidadania responsável e participativa. Ao lado da instrução profissional, deveriam estar a discussão sobre o papel dos sindicatos e os limites do mercado de trabalho.

O Estado brasileiro ainda não encontrou, pois, o caminho para efetivar os direitos sociais de seus cidadãos. As políticas sociais sempre estiveram subordinadas ao processo de acumulação de capital, o que explica porque a oitava economia mundial tem a octagésima posição em desenvolvimento social, que se mede pelos direitos sociais fundamentais: trabalho, educação e saúde.

É neste contexto sócio-econômico mais amplo que o consumo de drogas tem crescido grandemente entre as parcelas mais pobres da população no Brasil, as mais afetadas pelas falhas da escola e do mercado de trabalho em lhes dar esperanças e projetos para o futuro. Não falta no Brasil, o que Becker chamou de "motivação de um ato desviante", derivada de uma situação na qual o agente social não aceita a ordem social ou o atual estado do jogo social e político. Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com as falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social, assim como a nova cultura hedonista que faz parte da cultura jovem, facilitar a escolha ou a adesão às sub-culturas marginais de uso de drogas ilícitas. Estas sub-culturas são importantes na medida em que sabemos ser o ato desviante ou a sua repetição uma decorrência do seu aprendizado no grupo social de desviantes ao qual o jovem vem a fazer parte. O pertencimento vem a gerar uma série de atitudes, valores e identidades que podem se cristalizar e, também por criar laços reais de amizade, domínio ou dívida, dificultar o rompimento com o grupo, e, portanto, com o próprio desvio.

O quadro oferecido pela própria violência urbana já estabelecida fecha o circuito da baixa escolaridade-baixos salários-atração pelas quadrilhas, pois também tem afastado alunos pobres da escola. O tiroteio cada vez mais comum nos bairros populares e favelas, o uso de armas de fogo dentro de prédios escolares onde já ocorreram várias mortes de alunos e a proibição expressa de traficantes têm provocado mudanças de escola de um bairro para outro prejudiciais ao rendimento escolar do aluno, ou simplesmente, faltas repetidas na mesma escola. Por fim, a relação com o professor e demais figuras de autoridade hoje está afetada pelo uso cada vez mais comum de armas de fogo. A mera existência de opções informais do mercado ilegal de drogas e demais crimes contra a pessoa e

contra o patrimônio afetam a visão da educação e da profissionalização (Guimarães, 1992).

A existência deste novo mercado informal-ilegal é o fator que falta para o entendimento do que se passa nas cidades brasileiras. A comparação das capitais de Roraima e Rondônia, com os quais a região metropolitana do Rio de Janeiro equipara-se em mortes violentas, sugerem até que mais importante do que a migração ou a pobreza é a existência das frentes de expansão agrícolas, do garimpo, bem como do tráfico de drogas, cujas atividades estimulam a competição individual desenfreada com pouco ou nenhum limite institucional nas conquistas e na resolução dos conflitos interpessoais (Zaluar, 1994e). No Rio de Janeiro, "frentes de expansão" artificiais, devidas a escolhas político-institucionais, apareceram num espaço urbano densamente povoado através de práticas aprovadas e estimuladas por governos estaduais e municipais. A ocupação das principais ruas pela camelotagem informal e ilegal misturou uma saída para o desemprego com o crime organizado, este ainda mais patente nos ferros-velhos e ourivesarias que viraram centros de receptação e de organização do crime. O tráfico de drogas e de armas, que penetrou com incrível facilidade no segundo principal centro urbano do país, completou o quadro de fraqueza institucional e opção fácil pelo crime.

Assim sendo, os efeitos da pobreza e da urbanização acelerada no aumento espetacular da violência nos últimos anos, não serão compreendidos se não forem acompanhados da análise dos mecanismos institucionais e sociais do crime organizado. Este atravessa classes sociais, tem organização empresarial e não sobrevive sem o apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-lo. Ou seja, as próprias instituições encarregadas de manter a lei tornam-se implicadas com o crime organizado. Sem isso, não seria possível compreender a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares do Rio de Janeiro. A corrupção e a política institucional, predominantemente baseada em táticas repressivas da população pobre, adicionam mais efeitos negativos à já atribulada existência dos pobres. A convivência e participação de policiais, e de outros atores políticos, na rede do crime organizado é peça fundamental desse quebra-cabeça da repentina explosão de violência a partir do final da década de 70.

A outra é o envolvimento de jovens com os grupos criminosos onde ficaram à mercê das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos, por mínimos que sejam, além de terem o rótulo de eternos suspeitos, portanto incrimináveis, quando são usuários de drogas. Ora, policiais corruptos agem como grupos de extorsão que podem ser rotulados de grupos de extermínio. Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes dos primeiros e tudo leva a crer que a luta pelo butim entre eles estaria levando à morte os seus jovens peões. Todas as entrevistas feitas com os jovens envolvidos pelas quadrilhas em Cidade de Deus, pela equipe de pesquisa que coordenei, mencionaram o mesmo esquema de extorsão e terror da parte de policiais da região e a imposição de traficantes para que os pequenos ladrões dividissem o produto de seu roubo (Zaluar, 1994e). No esquema de extorsão e nas dívidas contraídas com traficantes, os jovens que começaram como usuários de drogas, foram levados a roubar, a assaltar e algumas vezes até a matar para pagar aqueles que os ameaçavam de morte, caso não conseguissem saldar a dívida. Muitos deles acabavam se tornando membros de quadrilhas, fosse para pagar dívidas, fosse para se sentir mais fortes diante dos inimigos criados, afundando cada vez mais nesse círculo diabólico que eles próprios denominam "condomínio do diabo".

A droga hoje associa-se a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo. O seu comércio, como alhures, tornou-se uma enorme fonte de lucros altos e rápidos (Fonseca, 1992; Salama, 1993) e de violência. A demanda que garante os altos lucros do empreendimento é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro. Depois da Segunda Guerra Mundial, o hedonismo colocou a prazer e o lazer à frente das preocupações humanas (Offe, 1989). O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens. O crime organizado desenvolveu-se nos atuais níveis porque tais práticas socialmente aceitáveis e valorizadas foram proibidas por força da lei, possibilitando níveis inigualáveis de lucros a quem se dispõe a negociar com estes bens. Os lucros não são gerados pela produtividade ou pela exploração maior do

trabalho, mas pela própria ilegalidade do empreendimento (Salama, 1993; Fonseca, 1992).

As vantagens do setor informal, interpretado como alternativa ao capitalismo empresarial oficial, dominante, explorador e opressivo, têm que ser repensadas. No setor informal, hoje, atividades empresariais altamente organizadas e ilícitas se valem do clima geral do vale-tudo. Invasões de terreno, apresentadas como política habitacional alternativa, e construção de casas e prédios nas favelas e loteamentos clandestinos são implementadas por grileiros e donos de imobiliárias que já enriqueceram com a revenda e o aluguel destes imóveis irregulares. Mesmo nos conjuntos habitacionais da CEHAB, espertos e empreendedores líderes de invasões ocupam os espaços públicos das praças e ruas para fazer birosacas, bares e até garagens e revendê-los. Nas ruas da cidade, ocupadas por camelôs, objetos roubados de caminhões, de residências e de passantes, assim como objetos contrabandeados são vendidos tranqüilamente. Na atividade altamente rendosa do tráfico, poucas grandes organizações com vínculos internacionais, comandam o atacado e controlam o varejo da comercialização desse tão valorizado bem. No varejo, pequenos traficantes (os únicos presos e identificados) realizam grandes lucros: com a venda de apenas 200 gramas de cocaína pagam um quilo ao "matuto" ou intermediário que a deixou em consignação. Dos 500% de lucro, a metade vai para o dono da boca, 30% para o gerente e 20% para o vapor. Os pequenos aviões não recebem salários, como se proclama. Recebem "cargas" para vender, pelas quais são responsáveis e tem acesso à droga para consumir um pouco. Só quando a vendem, conseguem uma pequena parcela dos lucros, a critério do chefe. Seu principal orgulho advém de fazer parte da quadrilha, portar armas, participar das iniciativas ousadas de roubos e assaltos e poder, um dia, ascender na sua hierarquia. Compreende-se, assim, porque tantos jovens pobres matam-se uns aos outros devido a rivalidades pessoais e comerciais, seguindo o padrão estabelecido pelo crime organizado que, além de criar as regras terroristas de lealdade e submissão, distribuiu fartamente armas de fogo moderníssimas para eles (Zaluar, 1994e). Em outras palavras, as principais vítimas dos crimes violentos são os próprios jovens pobres. Por causa da

cadeia de vinganças pessoais, das quais são prisioneiros, especialmente cruel entre os traficantes de drogas. Por causa de falta de recursos políticos e econômicos que garantiria a eles o acesso à segurança, à Justiça e ao atendimento médico enquanto usuários abusivos de drogas. Hoje, é fato aceito que a necessidade de pagar ao traficante leva o usuário a roubar, assaltar e algumas vezes a escalar o seu envolvimento no crime, especialmente quando ele não tem uma família de classe média que pague sua estada em centros de recuperação de drogados ou um bom advogado para livrá-lo de um curso de violência e crime em uma das penitenciárias do país. A ilusão do "dinheiro fácil" revela a sua outra face: o jovem que se encaminha para a carreira criminosa enriquece, não a si próprio, mas a outros personagens, que quase sempre permanecem impunes e ricos: receptadores de produtos roubados, traficantes do atacado, contrabandistas de armas, policiais corruptos e, por fim, advogados criminais sem escrúpulos. Estes dois últimos são os que terminam com os poucos bens móveis e imóveis que os jovens traficantes e assaltantes conseguem comprar.

O tráfico de drogas, organizado internacionalmente mas localizado nas suas pontas nos bairros pobres e nos centros de boemia das cidades, além de criar centros de confito sangrento nessas vizinhanças, além de corromper as instituições encarregadas de reprimi-lo, também criou na população da cidade um medo indeterminado, aumentou o preconceito contra os pobres em geral, por tomá-los como os agentes da violência, e auxiliou a tendência a demonizar os usuários de drogas. Isto, por sua vez, facilitou o isolamento social do último, aumentou a sua dificuldade de conseguir tratamento médico para deixar a dependência à droga ou tratar os efeitos do uso indevido dela e o deixou nas mãos do traficante e do policial corrupto.

Devido às nossas tradições inquisitoriais, a criminalização de certas substâncias, tais como a maconha e a cocaína, colocou na polícia um enorme poder. São os policiais que decidem quem irá ou não ser processado por mero uso ou por tráfico, porque são eles que apresentam as provas e iniciam o processo. No primeiro caso, a pena é de 6 meses a dois anos de prisão. No segundo, o crime é considerado hediondo e a

penalidade é de 3 a 15 anos na prisão. Jovens pobres mestiços, brancos ou negros, na quase totalidade do sexo masculino, são presos como traficantes por carregarem duas ou três gramas de maconha ou cocaína. Este processo, como nos Estados Unidos, contribui para a super-população das penitenciárias e adiciona ainda mais descrédito às nossas instituições penais e à justiça. "A cadeia está cheia de inocentes" foi uma frase ouvida comumente nas entrevistas feitas pela equipe de pesquisa. Para mostrar sua eficiência ou pressionados para provar que não fazem parte do esquema de corrupção, policiais prendem simples usuários ou pequenos portadores ("aviões") ou pequenos traficantes de drogas. Percentualmente, este tipo de crime não é o mais comum. No entanto, é a criminalização de um ato privado que atinge apenas a pessoa do usuário o fio da meada que desfaz o enigma do aumento da criminalidade violenta, esta sim perpetrada contra outrem. Pois é ela que equipa os policiais mal intencionados com uma grande capacidade de pressionar e aterrorizar esses jovens a lhes pagar quantias altas que eles só obtêm por meio de atividades criminosas que faz de outras pessoas o seu objeto. É ela também que faz do jovem usuário um virtual prisioneiro do traficante, seja nas dívidas contraídas na compra de drogas, que podem se acumular na proporção da intensidade do vício para o qual não recebe nenhum tratamento médico, seja pela constatação de que só pode se livrar do policial, da justiça, da dívida ao traficante, dos inimigos reais e imaginários, aprofundando seus laços com a quadrilha e afundando cada vez mais na carreira criminosa.

O JUDICIÁRIO E AS CLASSES POPULARES

O projeto de pesquisa integrado que desenvolvi com meus alunos da graduação e pós-graduação na UNICAMP, permitiram-me entender os aspectos institucionais relacionados com a articulação polícia/judiciário, cujos nós e círculos viciosos precisariam ser desmantelados para que o controle democrático da violência seja finalmente alcançado. Das pesquisas realizadas por meus alunos, escrevi um texto conjunto (1994b) e outros individualmente (1994c, 1994f) em que afirmei:

Na passagem do inquérito policial para o processo enviado finalmente para a Justiça, a sentença é dada muitas vezes com base na moralização da força de trabalho. Ou seja, se o jovem tiver um emprego regular, é mais provável que ele seja absolvido ou condenado por uso do que se ele for desempregado, favelado, negro e pobre. Nesse caso, muito provavelmente será visto como um hediondo traficante.

Em Campinas, os alunos que pesquisaram com os processos criminais de quatro varas, descobriram que estes cresceram em progressão geométrica durante a década, fosse a acusação de uso ou de tráfico de drogas ilícitas (Ribeiro, 1994). Em 1991 havia quatro vezes mais pessoas acusadas de uso e de tráfico de substâncias ilegais do que em 1981. O número de acusações por uso sempre foi sistematicamente maior do que as de tráfico ao longo destes anos, mas os processos contra os usuários aumentaram muito mais no fim da década de 80. Em outras palavras, os acusados de usar drogas ilícitas constituíam quase que o dobro dos acusados de tráfico no final dos anos 80. A proporção de condenações também aumentou durante a década. Em 1981, 41% dos acusados de tráfico foram condenados a penas de privação de liberdade; 58% dos acusados de uso tiveram o mesmo destino, com penas mais curtas. Em 1986, 69% dos supostos traficantes foram condenados; 49% dos supostos usuários os seguiram para as mesmas penitenciárias. Em 1991, 85% dos

traficantes e 62% dos usuários foram enviados para a prisão. Em suma, menos e menos pessoas foram absolvidas da acusação de tráfico em todos esses anos — em 1981, 33% dos processados tiveram esta chance, mas apenas 7,8% o foram em 1991. Os números totais dos presos e enviados à prisão representam um enorme aumento: de 80 pessoas em 1981 para 400 em 1991 (Zaluar e Ribeiro, 1994b).

A idade dos acusados também variou durante a década. Em 1981, 71% daqueles processados por uso de drogas ilícitas tinham menos de 25 anos; em 1986, 68%; em 1991, 47%. Tráfico era a acusação de homens mais velhos: apenas 25% deles tinham menos de 25 anos em 1981; e 17% em 1991. Conseqüentemente, mais homens e mulheres casados foram acusados de tráfico, a maioria dos quais (41%) entre 26 e 30 anos. Embora tanto os prováveis usuários quanto os traficantes tivessem alguma qualificação de trabalho, suas ocupações principais eram de baixa renda: 70% deles eram pedreiros, serventes, trocadores, motoristas, empregadas domésticas, faxineiros. Únicas exceções a essa regra eram os estudantes e poucos profissionais acusados de uso em 1986 e 1991.

O mais surpreendente foi constatar que, embora a justiça brasileira seja conhecida pela sua lentidão, as varas criminais de Campinas revelaram-se cada vez mais rápidas nesses processos. Se os processos levavam um ou dois anos para serem concluídos no início da década, duas semanas bastavam em 1991. A justiça sumária, entretanto, só passou a funcionar nesses casos que envolviam drogas. Dado o modo de funcionamento da Justiça no Brasil e o pequeno número de defensores públicos, isto significou menos possibilidade para que esses jovens, na maioria pobres, fossem defendidos por um advogado ou defensor público, ou simplesmente ouvidos pelos juízes que os julgaram. Ou seja, esta situação equivale a uma condenação sem defesa ou com defesa precária. Alguns processos lidos apresentavam uma defesa surrealista digna da situação surrealista vivida por esses jovens condenados à prisão por portarem 2 ou 3 gramas de uma dessas drogas (Ribeiro, 1994).

Um processo típico entre os muitos coletados durante a pesquisa contava a história de um jovem negro e desempregado, com 21 anos de idade que havia sido condenado a 7 meses na prisão porque carregava um

toco de cigarro de maconha usado. Segundo esta história, ele estava andando na rua à noite, quando dois policiais o pararam. Os policiais afirmaram em seu testemunho que o pararam porque "já o conheciam" e encontraram uma caixa de fósforos com o resto de cigarro de maconha dentro do seu bolso. Para os policiais, o jovem contou que era um usuário habitual e que havia adquirido a maconha de um desconhecido. Durante o processo, ele disse que havia ganhado a caixa de fósforos de um estranho e não sabia o que ela continha. Seu defensor público argumentou que a quantidade encontrada era ridícula. O jovem negro desempregado foi enviado a uma das penitenciárias do estado por sete meses. Noutro caso, um adulto jovem branco e desempregado foi revistado por policiais num bar. Estes encontraram 1084 gramas de maconha com ele. O acusado confessou que era um viciado e que havia comprado aquele quilo para o seu uso pessoal. Durante o processo, o seu advogado argumentou "que ele havia confessado lealmente possuir uma pequena quantidade de maconha para o seu próprio uso". O réu foi condenado a seis meses na prisão.

A despeito desse enorme esforço repressivo e as crescentes despesas com os predominantemente jovens e pobres homens mantidos nas prisões super-lotadas e violentas, o crime não diminuiu nesta cidade. Muito pelo contrário, Campinas apresentou um crescimento impressionante nos crimes usualmente conectados a drogas: o furto triplicou em quatro anos; assaltos e roubos tiveram um aumento de 50%; a cidade passou a ocupar lugar na mídia como uma cidade violenta, na qual crianças e adolescentes são mortos como nas grandes metrópoles de Rio e São Paulo. Os dados que falam inequivocamente do aumento da taxa de homicídios nestas e em outras cidades do mundo, especialmente do continente americano, demonstram que a política repressiva não está produzindo os efeitos esperados de sustar o uso da droga e os crimes a ela associados. Tudo leva a crer, portanto, que a proibição aumenta a incidência desses crimes e não baixa consideravelmente o consumo.

O CRIME ORGANIZADO E A POLÍTICA LOCAL

Junto com assistentes de pesquisa no bairro popular do Rio de Janeiro que focalizei, e com um orientando do mestrado que estudou um bairro de São Paulo (Vargas, 1993), analisei também os efeitos do aumento da criminalidade violenta na política local e nas imagens do criminoso e do pobre de seus habitantes. No bairro popular por mim estudado, as relações entre vizinhos, entre familiares, entre usuários e não usuários de drogas, entre bandidos armados e trabalhadores desarmados, as relações dentro de suas organizações vicinais foram profundamente afetadas.

Em São Paulo, entretanto, estudos mostraram que as mudanças populacionais sobre o espaço físico da cidade tiveram efeito na construção do medo nos moradores dos bairros de classe média (Caldeira, 1992; Vargas, 1993). Estes, na sua interpretação do crescimento da violência na cidade, culpam os nordestinos que passaram a morar no mesmo bairro pela situação considerada insuportável e exigem políticos mais duros — "de pulso forte", "autoridade competente" — para restabelecer a ordem (Vargas, 1993).

Os efeitos mais evidentes desta postura foram a modificação do visual das residências, que passaram a exibir muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados, mas principalmente o descrédito no trato com os estranhos e a descrença nos processos de participação democrática, fora a eleição de um chefe do executivo (municipal, estadual e federal) de "pulso". A volta para o espaço doméstico, o retorno à família e a uma idealização da comunidade de semelhantes encolheram os horizontes sociais destes moradores de São Paulo, restringindo o seu mundo significativo e de confiança aos familiares mais próximos e alguns poucos amigos (Vargas, 1993). O ódio aos nordestinos parece ser, no entanto, um fato específico destes bairros que os diferencia de outros locais no que se refere à construção do medo e a resultante apatia social e política.

Portanto, o problema nestes bairros não parece ser apenas um retorno à comunidade mais fechada, mas também um reforço da identidade racial e étnica que nega a convivência com os diferentes por conta do risco que isso implica.

Os estudos feitos no Rio de Janeiro focalizaram favelas ou bairros da periferia e revelaram um fechamento da sociabilidade, com a substituição da atividade política por uma predominantemente religiosa. Em meados da década de 80, as principais associações de moradores nas favelas do Rio de Janeiro, tornaram-se alvo do interesse dos chefes do tráfico passando a maioria delas para o controle dos grupos de traficantes e assaltantes, especialmente os vinculados ao Comando Vermelho. O efeito principal da presença indesejada dos grupos de tóxico foi o de tornar irrealizáveis as atividades rotineiras e as funções administrativas mais simples, tais como o pagamento da água que é coletivizada em quase todas as favelas, bem como outras despesas coletivas. O desalento tomou conta dos militantes do movimento que viram os moradores deixarem a associação. Eles já não conseguiam mais mobilizá-los para as suas reuniões, nem suas atividades conjuntas (Peppe, 1992). Isso facilitou, por sua vez, a presença cada vez maior dos traficantes na política local e a sua entrada nas associações, em algumas delas através do voto. Anteriormente, em algumas favelas, traficantes já exerciam o papel de segurança, eliminando ou afastando os que molestavam os trabalhadores e suas famílias. No final da década, eles passaram a oferecer também seus serviços, como coletores de taxas, o que poderia ser feito sem problemas devido ao medo que inspiravam nos moradores, e a financiar projetos comunitários, como praças de esportes. A ameaça ao movimento que reúne os trabalhadores pobres que moram em tais locais é evidente e extremamente desagradadora.

O medo imaginário, fruto do real, não adquiriu, no entanto, as mesmas tonalidades dos bairros de classe média de São Paulo. Cá como lá, as pessoas pareceram mais isoladas dentro de suas casa e de suas famílias pelo medo da presença de quadrilhas violentas e pela incapacidade de enfrentar os novos riscos decorrentes da crise econômica e da inflação. Mas na população local menos politizada e que nunca havia participado intensamente do movimento da associação de moradores do estilo participativo,

aumentou enormemente a conversão e atendimento às novas seitas protestantes. Estas novas seitas e igrejas enfatizam a necessidade de destruir o Diabo através de rituais de exorcismo praticados nos indivíduos que as procuram. A idéia de um mal absoluto que explica a explosão de criminalidade violenta é a crença mais forte desta população (Zaluar, 1986; 1992a; 1993e; 1994c, f e j). Da censura moral ao crime violento e à ganância, esta moralidade absoluta afeta também as idéias correntes sobre a droga e o usuário. A solução encontrada por estes populares, inclusive os muitos bandidos e "viciados" que se convertem, parece ser a pregação da palavra de Cristo. Do mesmo modo, como resultado da recusa ao discurso excessivamente ideológico e vazio de ação, optam pela prática da caridade no trato com os necessitados, com as crianças, com os infelizes. Isto inclui a relação com os líderes locais e com os próprios bandidos, que se trata de converter e salvar, mas não prender. O modelo religioso de sociabilidade e de participação comunitária parece tomar conta de parte da vida social nestes locais, embora seja notável o retorno à vida doméstica e às preocupações individuais do trabalho, do casamento, do ganhar melhor. Mas nenhuma dessas reações populares ao aumento da criminalidade violenta e o medo que se segue foram até agora eficazes para conter as crescentes taxas de tais crimes nas hoje menos musicais cidades brasileiras. Nenhuma resposta a estes problemas pode ser simples ou unilateral. Há que considerar os aspectos institucionais, políticos, culturais, sociais e econômicos da questão.

As reformas institucionais relativas ao funcionamento da justiça e da polícia e a modificação das leis relativas ao uso de drogas são fundamentais para que fique provado que, neste país, a lei pode servir ao bem comum e se aplicar também aos ricos e poderosos, especialmente aqueles que fizeram do crime a sua fonte de enriquecimento rápido e estrondoso. Libertos desse nó górdio da criminalização do uso, restará todo um trabalho educativo e sanitário a ser realizado pelos órgãos do Estado que deveriam ter a primazia na política de drogas do país: as escolas e hospitais públicos. Feito isto, a polícia e a justiça teriam mais tempo e recursos para se ocupar dos crimes que atingem, não o autor da ação, mas o outro, porque para ele foram dirigidos.

Chamar os jovens bandidos, cujos crimes vão além do mero uso ou venda de drogas, de revoltados lutadores da justiça social é considerar o tráfico de drogas, a guerra e o crime violento como saídas para uma sociedade injusta. Ora, os poderes criados a partir do tráfico são tão assustadores quanto a pior das tiranias e não servem à construção de nenhuma sociedade nova mais justa, pois repetem os principais aspectos da existente, especialmente os que criam a riqueza de alguns poucos e a miséria de muitos. Existe hoje um fato insofismável em muitas cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro: o tráfico de drogas está destroçando a família dos trabalhadores pobres e, na guerra que desencadeia, ceifando a vida de milhares de jovens, principalmente os de cor. A escola é diretamente atingida porque as práticas violentas estabelecidas pelas quadrilhas já estão dentro dela e os seus alunos cada vez mais afetados pelo fascínio exercido pelos seus chefes. Enquanto a escola não se aparelhar para enfrentar esses desafios, participando de uma discussão pública sobre a questão da droga e do tráfico, a escola permanecerá na crise em que se encontra. Quanto aos intelectuais, sua responsabilidade social está em não se deixar cair nas armadilhas da metafísica da negação a que se refere Habermas.

Para resolver o problema das crescentes taxas de criminalidade violenta nos principais centros urbanos do país, a nação precisa de um Estado de Direito, no qual seja possível o controle democrático da violência e no qual as prioridades seriam a educação e a saúde e não uma concepção contraditória e contraproducente, porque discriminatória e atentatória aos direitos civis, de lei e ordem. Este é o atual desafio brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J.-M.; BOREL, M.-J.; CALAME, C. & KILANI, M.

1990: *Le Discours Anthropologique, Semiotique*, Meridiens Klincksieck, Paris.

ADORNO, Sergio

1992: "Criminal Violence in Modern Brazilian Society, the case of S. Paulo", paper presented at the International Conference Social Changes, Crime and Police, Budapest, Hungary.

BADIE, Bertrand

1991: "Comunidade, Individualismo e Cultura", em *Sur l'Individualisme*, Références, Paris.

BAKHTIN, M.M.

1981a "From the pre-history of novelistic discourse", in Holsquit, M. (ed.) *The Dialogic Imagination*, Univ. of Texas Press, Austin.

1981b "Discourse in the novel", ibidem.

BARROS, Ricardo & MENDONÇA, Rosane

1992: "A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960", em *Texto para discussão*, nº 286, IPEA, Rio de Janeiro.

BATAILLE, George

1967: *La Notion de Dépense*, ed. de Minuit, Paris.

- CALDEIRA, Teresa P.
1992: *City of Walls*, tese de doutorado, Berkeley.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto
1989: *Communication and Fairness in Small Claims Courts*, thesis prospectus, mimeo.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia
1974: *Os Homens Livres na Sociedade Escravocrata*, Ed. Ática, São Paulo.
- CLIFFORD, James (ed.)
1986: "Introduction", in *Writing Cultures*, Univ. of California Press, Berkeley.
- COELHO, E. Campos
1987: "A Criminalidade Urbana Violenta", em *Série Estudos*, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- COSTA RIBEIRO, S.
1991: "A pedagogia da repetência", em *Estudos Avançados*, 5/12, IEA/USP.
- COSTA RIBEIRO, S. & PAIVA, Vanilda
1993: "Autoritarismo Social e Educação", *paper* apresentado no Seminário Autoritarismo Social x Democratização do Estado, IEA/USP, 15-17 de fevereiro, São Paulo.
- FALEIROS, Vicente de Paula
1993: "Violência e barbárie", em Rizzini, I.(org.), *A Criança no Brasil hoje*, Editora Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro.
- FAUSTO, Boris
1984: *Crime e Cotidiano*, Ed. Brasiliense, S. Paulo.

FONSECA, German

- 1992: "Économie de la Drogue: taille, caractéristiques et impact économique", em *Revue Tiers Monde*, nº 131, juillet-sep., Paris.

GEERTZ, Clifford

- 1988: *Works and lives, the anthropologist as author*, Stanford University Press, Stanford.

GIRARD, René

- 1981: *Violence and the Sacred*, The John Hopkins University Press, Londres.

GLAZER, Nathan

- 1986: "Education and Training Programs and Poverty", em Danziger & Weinberg (ed). *op. cit.*

GUIMARAES, Heloisa & DE PAULA, Vera

- 1992: "Cotidiano escolar e violência", em Zaluar, A. (org.) *Educação e Violência*, Cortez Ed., S. Paulo.

HABERMAS, Jurgen

- 1988: *El Discurso Filosófico de la Modernidad*, Madrid.
1990: *Pensamento pós-metafísico*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

HANNERZ, Ulf

- 1980: *Exploring the city*, Columbia University Press, Nova Iorque.

HENRIQUES, M.H. & VALLE SILVA, N.

- 1989: *Adolescentes de hoje, país de amanhã*, The Alan Guttmacher Institute, Nova Iorque.

IBGE

1990: *Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica de 1981 a 1989*, IBGE, Rio de Janeiro.

KEARNEY, Richard

1985: "Le mythe chez Girard un nouveau bouc émissaire?", em Dumouchel, P.(ed.), *Violence et Verité*, Grasset, Paris.

MADEIRA, Felícia

1988: "Trabalho e juventude", em *Tempo e Presença*, nº 240, ano 11, CEDI, Rio de Janeiro.

MARCUS, G. & FISCHER, M.M.

1986: *Anthropology as Cultural Critique*, Univ.of Chicago Press, Chicago.

MARTINE, George

1994: "A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80", texto para discussão nº 329, IPEA, Rio de Janeiro.

MERTON, Robert

1938: "Social Structure and Anomie", *American Sociological Review*, 3, pp. 672-682.

OFFE, Claus

1989: *Trabalho e Sociedade*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

PAIVA, Vanilda

1992: "Violência e Pobreza: a educação dos pobres", em Zaluar, Alba (org.) *Violência e Educação*, Cortez Editora, São Paulo.

PAIXÃO, A.L.

1982: "Crimes e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978", em Pinheiro, P.S. (org.), *Crime, Poder e Violência*, Editora Brasiliense, São Paulo.

1988: "Crime, controle social e consolidação da cidadania", in REIS, F.W. e O'DONNELL, G. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice.

PARK, Robert

1967: "A cidade", em Velho, O. G., *O Fenômeno Urbano*, Zahar, Rio de Janeiro.

PEPPE, Atilio M.

1992: *Associativismo e Política na Favela Santa Marta*, tese de mestrado, USP.

RABINOW, Paul

1986: "Representations are social facts: modernity and post-modernity in social anthropology", in Clifford, J. (ed.) *Writing Cultures*, Univ. of California Press, Berkeley.

RIBEIRO, Alexandre Isidoro

1994: *A questão do tráfico e do uso indevido de entorpecentes*, monografia de final de curso, UNICAMP, IFCH, abril de 1994, mimeo.

RIBEIRO DA SILVA, Rosa M. (coord.)

1987: *Crianças e Adolescentes, Indicadores Sociais*, vol. 1, IBGE, Rio de Janeiro.

- RIBEIRO, Rosa & SABOIA, Ana Lúcia
 1993: "Crianças e Adolescentes na Década de 80", em Rizzini, I. (ed.), *A Criança no Brasil Hoje*, Editora Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro.
- RIZZINI, Irene (org.)
 1993: *A criança no Brasil hoje*, Editora Universitária Santa Úrsula, Rio de Janeiro.
- ROCHA, Sônia
 1992: "Pobreza metropolitana, balanço de uma década", em *Perspectivas da Economia Brasileira*, IPEA, Rio de Janeiro.
- ROSALDO, Renato
 1989: *Culture and Truth*, Beacon Press, Boston.
- SALAMA, Pierre
 1993: "Macro-économie de la Drogue", GREITD-CEDI, mimeo.
- SPIRO, Melford
 1986: "Cultural Relativism and the future of Anthropology", em *Cultural Anthropology*, 1(3).
- STRAUSS, Leo
 1954: *De la Tyrannie*, Ed. Gallimard, Paris.
- VALLADARES, Licia do P.
 1990: "Family and Child Work in Favela", em Datta, Satya (ed.), *Urban Studies Third World Urbanization*, HSFR, Uppsala.
- VARGAS, João H.
 1993: *A espera do passado*, tese de mestrado, UNICAMP.
- VERNANT, Jean Pierre
 1992: *Mito e religião na Grécia Antiga*, Papyrus, Campinas.

ZALUAR, Alba

- 1985: *A Máquina e a Revolta*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- 1986: "O diabo em Belíndia", em *Religião e Sociedade*, nº 12/2, Rio de Janeiro.
- 1988: "Teleguiados e chefes", em *Religião e Sociedade*, nº 14/1.
- 1989: "Nem líderes nem heróis", em *Revista Presença*, nº 14, nov.
- 1991a: "Gênero, Justiça e Violência", em *Revista Dados*, vol. 34 nº 2, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- 1991b: "Brasil na transição - cidadãos não vão ao paraíso", em *São Paulo em Perspectiva*, vol. 5 nº 1, SEADE, São Paulo.
- 1992a: "A criminalização das drogas e o reencantamento do mal", Reunião da ABA, abril; publicado em *Revista do Rio de Janeiro-UERJ*, fascículo 1, vol. I, março de 1993.
- 1992b: "Exclusão social e violência", em Coletânea CBE, Anais da 6ª Conferência Brasileira de Educação, Editora CEDES e Papirus, pp. 113-124.
- 1992c: *Violência e Educação*, Livros do Tatu e Cortez Editora, São Paulo.
- 1993a: "Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical", em *Estudos Feministas*, v. 1, fascículo 1, CIEC, Rio de Janeiro. Traduzido para inglês: "Women of gangsters".
- 1993b: "Urban violence, citizenship and public policies", em *International Journal of Urban and Regional Research*, Editora ISA, v. 17, fascículo 1, Inglaterra.

- 1993c: "Relativismo cultural na cidade?", em *Anuário antropológico* 90, Editora UNB/Tempo Brasileiro, Brasília.
- 1993d: "A droga, o crime, o diabo", trabalho apresentado na 1ª Reunião de Ciências Sociais em Saúde, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, setembro de 1993; reapresentado no Simpósio Ciudad y Violencia, Programa de Gestion Urbana, ONU e Prefeitura de Cali, Colômbia, 1-3 de dezembro de 1993. No prelo, PNUD, Quito, Ecuador.
- 1993e: "Fear of crime, fear of Devil", apresentado no International Congress, Research Committee on Social Movements and Social Classes: Action Collective et Changements Sociaux dans le Contexte de la Modernité, École Normale Supérieure, Paris, 27-29 de outubro.
- 1994a: "Femme de Bandit", em *Cahiers du Brésil Contemporain*, Editora Maison des Sciences de L'Homme, EHESS, nº 22.
- 1994b: "Drug repressive policy and crime", paper de co-autoria com Alexandre Isidoro Ribeiro, apresentado na 5th International Conference on the Reduction of Drug Related Harm, Toronto, 5-10 de março.
- 1994c: "Violência, Crime Organizado e Poder: a tragédia brasileira e seu desafio", apresentado no Forum Nacional, BNDES, INAE, Rio de Janeiro, abril. No prelo.
- 1994d: *Drogas e Cidadania* (org., Introdução e capítulo 5), Editora Brasiliense, São Paulo.
- 1994e: *Condomínio do Diabo*, Editora da UFRJ e Revan, Rio de Janeiro.

- 1994f: "Crime e não cidadania, os males do Brasil são", apresentado no Simpósio O mal e as anomalias no Brasil contemporâneo, ISER, UERJ, junho. No prelo.
- 1994g: *Cidadãos não vão ao Paraíso*, Editora da Unicamp e Escuta, São Paulo.
- 1994h: "Mortes Violentas: Pobreza, Urbanização ou Insegurança?", trabalho em co-autoria com José de Carvalho Noronha e Ceres Albuquerque, apresentado à *Revista Ciência Hoje*.
- 1994i: "Direitos Humanos ou Civis: uma confusão tropical", trabalho apresentado no 20^o aniversário do AEL, IFCH, UNICAMP, Campinas, agosto.
- 1994j: "Crime e Diabo na Terra de Deus", em Horta, L.P. (org), *O Retorno do Demônio*, Editora Agir.
- 1994l: "Crime e Castigo vistos por uma antropóloga", apresentado no Encontro de Especialistas em Crime e Castigo, IBRADES, Friburgo, agosto.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342

Telex: (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio Eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br

CADERNOS DO IFCH

Endereço para Correspondência:

IFCH/UNICAMP

CP 6110 - 13081-970 - Campinas - SP

Tel.: (0192) 39.8342

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio Eletrônico: pubifch@ccvaxunicampansp.br

SOLICITA-SE PERMUTA EXCHANGE DESIRED

Tiragem 500 Exemplares

Diagramação, Composição e Impressão
IFCH - UNICAMP

